



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA – AMÉRICA LATINA

**MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO BRASIL: A CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE CAMPONESA (1996-2013)**

JEFERSON MARTINS VAZ

Foz do Iguaçu
2016

**MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO BRASIL: A CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE CAMPONESA (1996-2013)**

JEFERSON MARTINS VAZ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História – América Latina.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Traspadini

Foz do Iguaçu
2016

JEFERSON MARTINS VAZ

**MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO BRASIL: A CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE CAMPONESA (1996-2013)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano
de Arte, Cultura e História da Universidade
Federal da Integração Latino-Americana,
como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em História – América Latina.

BANCA EXAMINADORA

**Orientador: Profª Drª Roberta Traspadini
UNILA**

**Prof. Dr Clovis Brighenti
UNILA**

**Profª Ms Karen dos Santos Honório
UNILA**

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Dedico este trabalho principalmente a meus pais,
Rosana Martins Vaz e Antônio dos Santos Vaz Filho,
que sempre me apoiaram nas minhas decisões.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a meus pais, Rosana Martins Vaz e Antônio dos Santos Vaz Filho, que me apoiaram e auxiliaram em todas as horas;

Agradeço aos amigos latino-americanos que conheci e construí grandes amizades, pessoas com quem compartilhei muitos momentos de aprendizado nestes últimos cinco anos de UNILA; em especial o companheirismo e o apoio de amigos como Cauê Almeida, Rita Almeda, Ezequiel, Tatiana Péres, Maria das Graças;

Agradeço a Carla Amaro, por sua companhia, sua alegria, seu carinho e compreensão em todos os momentos divididos;

Agradeço a minha orientadora Roberta Traspadini, pelo acompanhamento e orientação em meu processo de formação na UNILA;

Agradeço aos professores da UNILA, especialmente ao professor Clovis por suas contribuições em minha formação e pelo companheirismo; e a professora Karen dos Santos Honório, por prontamente terem aceito o convite para fazer parte da avaliação deste presente trabalho;

Agradeço ao Valter Israel da Silva, por seu apoio, sua disposição e contribuição neste trabalho;

Agradeço ao Marcelo, a Fabiene e todo o pessoal da Cooperbio e do MPA, pessoas que foram muito importantes para a construção deste trabalho;

Agradeço a oportunidade que tive de cursar uma Universidade pública de qualidade, sabendo que nem todos têm essa possibilidade!

*Sinto-me pobre
por viver em uma sociedade
em que índios e camponeses precisam proclamar
de voz viva que são humanos, que não são animais,
e menos ainda animais selvagens.
Por identificar-me com eles,
fico em dúvida sobre o lugar que ocupo,
na escala que vai do animal ao homem,
numa sociedade que não titubeia em proclamar
a animalidade de seres que não são considerados pessoas
unicamente porque são diferentes
– falam outra língua, tem outra cor, outros costumes.
Uma sociedade que, no final, não tem clareza
sobre a linha-limite que separa
o homem do animal.*

José de Souza Martins

In: A chegada do estranho

VAZ, Jeferson Martins. **Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil: A construção da Identidade Camponesa (1996-2013)**. 89p. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em História - América Latina) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, dezembro 2016.

RESUMO

Aborda a questão da identidade camponesa no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), suas propostas, problemáticas e reivindicações, a partir da relação com o coletivo, como um modelo de vida a ser seguido pelos pequenos agricultores, além da compreensão do campesinato como um modo de vida, produção, e, ainda, como se diferencia dos modelos de produção capitalista. Nesse contexto, discute as diferenças estruturais na produção de alimentos, na produção de vida e na manipulação do meio ambiente, por meio de um debate contemporâneo sobre o campesinato brasileiro. Trata-se de abordagem qualitativa, embasada na História Oral, recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamentos e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos, atinente à questão da identidade coletiva na autoidentificação das camponesas e camponeses do MPA. Tendo como objetivo geral discutir a autoafirmação da Identidade coletiva do Movimento, as características desta identidade e como ela se manifesta nos seus militantes. A partir desta identidade camponesa, veremos como o MPA projeta suas lutas e suas reivindicações contra a exploração pelo agronegócio, contra a expropriação de terras pelo latifúndio e na defesa de um campesinato livre a partir da organização dos camponeses.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais Brasileiros. Identidade. Campesinato. História Oral. Agronegócio. Latifúndio.

VAZ, Jeferson Martins. *Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil: La construcción de la Identidad Campesina (1996-2013)*. 89 p. Trabajo de Conclusión del Curso (Graduación en Historia - América Latina) - Universidad Federal de la Integración Latinoamericana. Foz do Iguaçu, diciembre 2016.

RESUMEN

Aborda el tema de la “identidad campesina” en el *Movimento dos Pequenos Agricultores* (MPA), sus propuestas, problemáticas y reivindicaciones, a partir de la relación con el colectivo, como un modelo de vida a ser “seguido” por los pequeños agricultores; además de la comprensión del campesinado como una forma de vida y de producción, donde partiendo de eso, vamos a ver como este difiere de los modelos de producción capitalistas. Así vamos a señalar las diferencias estructurales en la producción de alimentos, la producción de la vida y la manipulación del medio ambiente mediante un debate contemporáneo sobre el campesinado brasileño. Se trata de un abordaje cualitativo, basado en la Historia Oral, recurso moderno utilizado para la elaboración de documentos, archivadores y estudios referente a la experiencia social de personas y de grupos, pertenecientes al tema de la identidad colectiva en la auto-identificación de los campesinos y campesinas del MPA. Teniendo como objetivo general discutir la auto-afirmación de la identidad colectiva del Movimiento; las características de esta identidad y como ella se manifiesta. A partir de esta identidad campesina, vamos a ver como el MPA proyecta sus luchas y sus reivindicaciones contra la explotación por la agroindustria, contra la expropiación de campos por grandes terratenientes y en defensa de un campesinado libre, gracias a la organización de las comunidades campesinas.

PALABRAS CLAVE: Movimientos Sociales Brasileños. Identidad. Campesinado. Historia Oral. Agroindustria. Terrateniente.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Visão sistêmica do Plano Camponês	62
-------------------	-----------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Síntese da estrutura fundiária brasileira (2003)	32
-------------------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBs -	Comunidades Eclesiais de Base
CLOC -	La Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC-Via Campesina)
CONTAG -	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
COOPERBIO -	Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil
CPT -	Comissão Pastoral da Terra
CUT -	Central Única dos Trabalhadores
CUT-Rural -	Central Única dos Trabalhadores, Departamento Rural
DNTR-CUT -	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
FAG -	Frente Agrária Gaúcha
FARSUL -	Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FAO -	Organização Mundial para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas
FHC -	Fernando Henrique Cardoso
FETAG -	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FETRAF-Sul -	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
Ha -	Unidade de medida - hectare
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTER -	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MAB -	Movimento dos Atingidos pelas Barragens
MPA -	Movimento dos Pequenos Agricultores
MMTR -	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST -	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA -	Programa de Aquisição de Alimentos
PJR -	Pastoral da Juventude Rural
PNAE -	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF -	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAFINHO -	Pronaf investimento – Linha C
RS –	Rio Grande do Sul
SCP -	Sistemas Camponeses de Produção
STTR -	Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UNILA -	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
VC -	Via Campesina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CAMPESINATO E CAPITALISMO	13
2.1	BREVE HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO E CENTRALIDADE DO CAMPESINATO ATUAL	13
2.2	CAMPESINATO COMO RESISTÊNCIA AO CAPITALISMO	19
2.3	CAMPESINATO NO BRASIL	26
2.4	DEFINIÇÕES E PERSPECTIVAS POLÍTICAS DO CAMPESINATO	32
3	ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS, POLÍTICA E SURGIMENTO MPA	43
3.1	MOVIMENTOS SOCIAIS E IDENTIDADE COLETIVA	43
3.2	SINDICALISMO RURAL NO BRASIL	46
3.3	MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES	49
3.4	AS CONQUISTAS DO MPA	57
4	HISTÓRIA ORAL E IDENTIDADE CAMPONESA	63
4.1	HISTÓRIA ORAL, HISTORIADORES E CAMPONESES	63
4.2	ENTREVISTA COM CAMPONESES MILITANTES DO MPA	65
4.3	COLABORADORES	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho de conclusão de curso trabalharemos com a assertiva, no contexto atual, da vigência da categoria campesinato, entendida como “ uma sábia combinação entre diferentes técnicas, foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas de criação animal. ” (SILVA, 2014, p.23).

Em que se busca a garantia continuada de reprodução social da família (CARVALHO, 2004) e “a posse sobre os recursos da natureza, a reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família. ” (SILVA, 2014b, p.53).

Com base nesta posição sobre a vigência da categoria, analisaremos e interpretaremos teoricamente aspectos e relações existentes do campesinato na história contemporânea da questão agrária brasileira, a partir da prática social do campesinato.

Entendendo a agricultura como atividade criativa e social do ser humano com a natureza, explicita um conjunto de técnicas de cultivo, criação e domesticação de animais pelo ser humano, que se consolida como a primeira profissão do mundo, com a tarefa central da produção de alimentos, uma das necessidades vitais dos seres vivos e em particular dos seres humanos.

Trabalharemos com a história do campesinato no Brasil, em que desenvolveremos análises da atual conjuntura, da importância desse campesinato para si e para a população beneficiada com sua produção.

Neste sentido, buscaremos a vigência da categoria campesinato a partir do modelo de produção e do modo de vida adotado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil (MPA), e assim faremos alguns paralelos com o modelo de produção capitalista.

Nossa perspectiva é estudar as definições de campesinato na agricultura brasileira, analisando os embates produzidos em relação ao capitalismo, fazendo a discussão histórica do campesinato e suas relações com o agronegócio, o latifúndio.

Esse agronegócio que significou uma nova fase do capitalismo no campo, em que o latifúndio não é mais o único impedimento para a sobrevivência da pequena agricultura.

O agronegócio como projeto hegemônico para a economia nacional só produziu a valorização do capital, transformando a terra em mercadoria negociada nas bolsas, explorando os trabalhadores de forma ainda mais intensiva, aumentando o desemprego no campo, tomando as terras dos povos originários e dos camponeses, e, impossibilitando o acesso à terra para os pobres do campo.

O capitalismo agrário, na busca constante do lucro, não tem como finalidade a produção de alimentos para a população, e sim gerar capital com a produção da mercadoria.

Por outro lado, a agricultura familiar camponesa, que em várias estratégias, busca reorganizar e vincular-se mais a produção agrícola nacional, com uma produção primeiramente de alimentos saudáveis para suas famílias, e, posteriormente produzindo um excedente que, garantirá a permanência dos camponeses no campo, garantindo território, trabalho e uma vida digna.

Neste sentido buscaremos analisar o MPA desde sua formação em 1996 até os dias atuais, buscando desvendar profundamente suas estratégias de luta, suas reivindicações e seu papel central na defesa do campesinato como modo de vida e de produção de alimentos e como proposta para o futuro.

Esta pesquisa busca abranger desde as formas organizativas de reivindicação de direitos para uma pequena agricultura; os motivos que trouxeram o MPA à existência; os saberes desenvolvidos pelo movimento sobre o campesinato brasileiro; as suas atuais lutas e reivindicações, que vão criando e mantendo esse modelo de organização e de luta.

A partir desse trabalho, pretendemos recuperar o histórico deste movimento camponês brasileiro, a partir do relato de seus militantes, dos materiais produzidos pelos próprios sujeitos do movimento vinculando isto ao que os intelectuais que trabalham com o tema do campesinato, com o fim de comparar os discursos e contribuir com o debate no interior do movimento sobre este complexo debate sobre o campesinato brasileiro.

Nossa perspectiva será aprofundar as contribuições sobre o campesinato brasileiro a partir da discussão da identidade coletiva, dentro do modelo camponês específico do MPA.

A questão problema deste trabalho é: a afirmação da “Identidade Camponesa” pelo MPA, a autoafirmação como movimento social camponês, pois na autoafirmação destes sujeitos como camponeses, vemos que há um caráter político,

econômico e cultural, que se difere da práxis capitalista.

Com dita questão, queremos investigar em que medida esta autoafirmação, este posicionamento com base na identidade camponesa, permite ao movimento esse duplo processo de determinar “o outro”, ao mesmo tempo em que explicita sua própria práxis alternativa.

Caso se posicione, é porque o movimento, ao longo de sua trajetória, deve ter o conhecimento sobre o que afirma, o que defende e de quem se defende, nesse sentido, a identidade camponesa só poderá ser afirmada se seus integrantes se autoidentificarem com a práxis do movimento. E isto não se desliga em momento algum do mundo material, onde ainda se manterá os eixos centrais do que se afirma como campesinato.

É na discussão da identidade que percebemos a fundamental importância da História Oral, está tem um papel essencial para definir como se forma a identidade camponesa do MPA.

Com base neste tipo de referencial teórico-histórico, vemos que com a produção das entrevistas, para trabalhar com o objeto da pesquisa, foi de excepcional importância.

Pois com o surgimento da História Oral (MEIHY, 2002) se abriu uma “nova” porta para a pesquisa, onde não mais somente os “grandes acontecimentos” eram importantes para a história, mas abriu espaço para novos personagens como trabalhadores, pobres, negros, as mulheres, operários, parte formadora da sociedade e a partir dos relatos dos militantes do MPA, camponeses e pessoas formadas pelo movimento, poderemos ter as respectivas concepções de identidade com as quais trabalham.

Como afirmamos anteriormente, a identidade é uma questão individual, um posicionamento, “(...) uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados os interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987 apud HALL, 2006: p. 13)”, não uma imposição estrutural.

É na autoafirmação dos sujeitos que se percebe o constructo das identidades, sobre o que se afirma e se identifica, e para isso deve-se ter o conhecimento sobre isso, não se referindo ao conhecimento somente como um “arquivo da memória”, falo como ação, o conhecimento se mostra na prática não somente na oratória.

Quando trabalhamos com identidade camponesa, devemos levar em conta que o debate da identidade se dá pela autoafirmação, algo que será percebido e comparado com as bibliografias utilizadas neste trabalho.

A partir disto, acreditamos estar em uma caminhada para a construção de uma teoria sobre o campesinato brasileiro. Como também, a partir da discussão da identidade, teremos muito cuidado com as generalizações, pois nossa intenção é estudar as especificidades deste movimento social, assim como suas percepções de campesinato, e não criar uma categoria única de luta pela terra.

Assim, nossa pesquisa se definirá no estudo da identidade camponesa do MPA a partir das bibliografias específicas e dos relatos dos militantes deste movimento camponês.

Antes um pouco de entrarmos mais a fundo nesse mundo teórico sobre o campesinato e a sociedade capitalista, definirei como surgiu essa inquietude que se transformou na problemática deste trabalho de finalização do curso.

Sou filho de uma família de pequenos agricultores do interior do Estado do Paraná. Meu pai, Antônio, herdou uma propriedade do meu avô, e ali, depois que se casou com minha mãe Rosana, a levou para lá.

Ali ficaram um tempo, até que ele vendeu essa propriedade e comprou uma outra, mais perto da cidade de Palmital-PR, por insistência da minha mãe que queria que seus filhos fossem a escola, coisa que ela sempre se arrepende de não ter tido como concluir na sua infância.

Meu pai sempre esteve envolvido e interessado nos sindicatos, em que ele utilizava alguns recursos disponibilizados pela célula política, como aluguel de maquinários entre outros serviços.

Até que ele conheceu o MPA em uma reunião de preparação para o bloqueio da BR-277 em Guarapuava-PR, por volta do ano de 2004.

Porém, eu conheci o MPA em um evento que meu pai foi comigo em 2008, a Romaria da Terra, que foi promovida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Ali, meu pai conheceu o Movimento, e a partir deste momento começou a auxiliar no município, levando agricultores para congressos e eventos sobre o campesinato, sobre a agroecologia.

Hoje ele já está mais vinculado ao Movimento, participando da coordenação nacional do MPA e da coordenação estadual.

Minha família continua morando no campo, lá tem uma propriedade e estão a caminho para conseguirem o selo de propriedade orgânica. Hoje eles têm orgulho de serem camponeses (uma identidade forjada na luta), de buscarem os ideais de sustentabilidade, de diversificação, de proteção do território camponês.

Com o contato que meu pai fez com o MPA do nosso Estado, participamos de eventos como a Jornada da Agroecologia, que acontecem anualmente no Estado do Paraná, acampamentos de jovens do MPA, de jovens da região e dos movimentos sociais do campo como o MST, eventos de formação política do MPA, atos e marchas, em que tive esse contato direto com essa realidade social.

Por participar do MPA, fui em 2011 ao acampamento latino-americano de jovens do campo, em que tive meu primeiro contato com a realidade latino-americana, foi meu primeiro momento “latino-americano”.

Nesse mesmo evento, conheci algumas pessoas que faziam o curso de História da América Latina, e, sobre o que eles me contaram do curso e do que eles estavam fazendo, isso me encantou bastante, tanto que no ano seguinte, procurei o curso pelas universidades do país, encontrei por coincidência a UNILA, me inscrevi e passei.

Hoje estou aqui escrevendo sobre um tema que me interessa, que desde que entrei na universidade tinha o desejo de escrever sobre este movimento social, e que hoje, na problemática da identidade, busco perceber o campesinato do MPA.

Assim, desenvolveremos neste trabalho uma análise da identidade camponesa a partir de cinco capítulos.

O capítulo introdutório ora relatado apresenta aspectos genéricos da temática escolhida, justificativas, objetivo geral e objetivos específicos, complementando com os procedimentos metodológicos que subsidiaram o desenvolvimento deste estudo.

No segundo capítulo, faremos uma breve análise da formação histórica do campesinato e do capitalismo, discutindo suas fases históricas, suas problemáticas, suas formulações teóricas e suas atuais contribuições; onde traremos o debate do campesinato na América Latina e especialmente no Brasil.

No terceiro capítulo, traremos a formação histórica do MPA, desde processos anteriores ao movimento, os primeiros momentos do sindicalismo rural, a CPT, os primeiros movimentos sociais do campo, até os dias atuais, com suas

conquistas e atuais formulações; onde na análise do histórico de formação do movimento buscaremos os motivos que fizeram que o MPA surgisse, como também faremos a análise da identidade camponesa afirmada pelo MPA.

No quarto capítulo, pretendemos trabalhar com a História Oral e os relatos dos camponeses, dos militantes do MPA, onde a partir disso queremos perceber a identidade camponesa destes sujeitos; trata-se de uma contribuição para a discussão do campesinato a partir da história oral e da identidade coletiva.

No quinto capítulo, farei as reflexões sobre o trabalho desenvolvido e as considerações finais.

2 CAMPESINATO E CAPITALISMO

Para iniciarmos a análise sobre o campesinato, suas definições históricas e sua relação com a sociedade, primeiro teremos que definir teoricamente o capitalismo, pois este se configura em um novo sistema de exploração do trabalho, entre campo e cidade, assim como tem um papel significativo nos embates contra o campesinato.

Portanto, para entendermos o conceito de capitalismo, deveremos entrar em análises clássicas para a compreensão de como este se configura, como também análises contemporâneas, para definir assim suas fases dentro da História.

Esta preocupação se dá para que entendamos os processos históricos do capitalismo e como este vai se introduzir na América Latina, em especial no Brasil.

Para que assim, possamos definir como se forma e se introduz o campesinato no país, pois nossa pesquisa é referente ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), um movimento social campesino brasileiro.

2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO E CENTRALIDADE DO CAMPESINATO ATUAL

Por milênios os seres humanos viveram dos recursos materiais da terra, como coletadores, caçadores e pescadores, sua produção de vida dependia expressamente daquilo que a terra oferecia de forma natural.

Segundo Wood (1998, p.13), isso se consolida no processo de desenvolvimento humano, uma etapa originária do ser humano como um ser social e, essa pré-história do homem “ontocriativo”, lentamente se transformou na divisão social e internacional do trabalho, a partir de uma centralidade na capacidade de produzir vida, mediado pela sua relação com a natureza.

Esse período conhecido linearmente pela História, seria a separação dos períodos da Idade da Pedra Lascada para o Neolítico.

Segundo Mazoyer e Roudar (2010, p.52):

Foi apenas no neolítico – há menos de 10.000 anos – que ele (o homem) começou a cultivar as plantas e criar animais, de que ele mesmo domesticou, introduziu e multiplicou, em todos os tipos de ambiente, transformando, assim, os ecossistemas naturais originais

em *ecossistemas cultivados*, artificializados e explorados por seus cuidados. (grifo nosso)

Neste sentido, a agricultura define-se com uma evolução importantíssima para a reprodução social e a manutenção do ser humano, pois as relações de trabalho dos homens na natureza, para buscar alimentos, buscar abrigo, respirando o ar, retirando estes recursos da natureza acabaram de certa forma a modificando.

Esta fase de dominação da natureza pelo homem vai se configurar como meio necessário de sobrevivência, assim como os avanços significativos das técnicas de cultivo, como também para o meio de reprodução de vida.

Dentro dos estudos levantados sobre as sociedades pré-capitalistas, o feudalismo da Europa, o campesinato é visto como produtor direto, tem acesso direto a sua reprodução social.

Neste sentido, nestas sociedades pré-capitalistas, o trabalho do campesinato era usufruído pelas camadas exploradoras de diversas formas, onde Marx vai chamar de “meios extra-econômicos”, em que a parcela exploradora vai exercer, por meios de coerção direta, pela violência, pela força física, por privilégios militares, políticos ou judiciais.

A diferença essencial entre as sociedades capitalista e pré-capitalistas assim foi definida:

Não tem nada a ver com o fato de a produção se urbana ou rural e tem tudo a ver com as relações de propriedade entre produtores e apropriadores, seja na agricultura seja na indústria. Somente no capitalismo, a forma dominante de apropriação do excedente está baseada na expropriação dos produtos diretos, cujo trabalho excedente é apropriado exclusivamente por meios puramente econômicos. Devido ao fato de que os produtores diretos, numa sociedade capitalista plenamente desenvolvida, se encontram na situação de expropriados e devido também ao fato de que o único modo de terem acesso aos meios de produção, para atenderem aos requisitos da sua própria reprodução e até mesmo para proverem os meios do seu próprio trabalho, é a venda de sua força de trabalho, é a venda de sua força de trabalho em troca de um salário, os capitalistas podem se apropriar da mais-valia produzida pelos trabalhadores sem necessidade de recorrer à coerção direta. (WOOD, 1998, p.13-14)

Com base no processo histórico da divisão social do trabalho demarcada pelo particular modo de produção capitalista, os homens e mulheres, produtores de sua reprodução social, vinculam-se à natureza e dão à terra vários sentidos, entre eles, meio de produção de vida.

É nesse processo histórico recente de expropriação, espoliação dos recursos e exploração da força de trabalho, que os homens e mulheres do campo vão sendo tornados mercadorias.

Nesse processo de “coisificação” da vida, homens, mulheres, natureza e seres vivos tornam-se mercadorias. A “ontocriatividade” é substituída por formas e conteúdos violentos de produção social da vida em relação harmoniosa com o meio.

Na perspectiva de Marx, o capitalismo, sustentado na propriedade privada dos meios de produção e na extraordinária violência de espoliar e explorar territórios e gente, tem como base estrutural a exploração do trabalho do homem pelo “aproveitador”, ou seja, as sociedades capitalistas surgem com a mediação estratégica das leis da compra e venda, do mercado, postura referencial de uma forma particular de produzir vida de forma mercantilizada.

O trabalhador depende do dono dos meios de produção para vender sua força de trabalho, a passo que o “aproveitador” depende do trabalhador para produzir a mais-valia, para que ele possa vendê-la no mercado para gerar mais capital, relações estas mediadas pelo dinheiro, que vai se tornar equivalente geral de todas as trocas.

Na obra “História da Riqueza do Homem”, Huberman (1981) traz a discussão da configuração e do surgimento do capitalismo a partir das “feiras” e “comércios” feudais de troca da Idade Média na Europa.

Fazendo a análise deste período pré-capitalista até o desenvolvimento do dinheiro, que por sua vez transforma o cenário medieval, com o início do comércio e do capitalismo, o autor afirma que, devido às Cruzadas e o contato com as populações e os produtos da Ásia, criaram-se vários interesses econômicos e comerciais, transformando a sociedade.

Segundo Huberman, a partir da intensificação e ampliação do comércio e das novas formas de “fazer dinheiro” com as transações financeiras é que o capitalismo vai se definindo em um sistema que transforma o dinheiro em um produto mais valioso que a terra, e faz com que a terra ganhe um valor econômico, se tornando um modo de produção de renda.

Portanto, na Europa feudal, antes o que se precisava produzia-se no feudo, alimentos, roupas, era uma “economia de consumo”, onde praticamente cada aldeia feudal era autossuficiente, “ (...) o Estado feudal era praticamente completo

em si, fabricava o que necessitava e consumia seus produtos” (HUBERMAN, 1981, p. 26).

Neste período, havia um certo intercâmbio de mercadorias com as “feiras”, porém era um comércio em “nível tão baixo” que não havia incentivo para a produção de excedente, esse comércio era pouco intenso e sempre local, pois viajar longas distâncias exigia recursos e tempo, como também se tinha problemas em atravessar certos territórios pelo risco de roubos.

Porém, segundo Huberman¹, esse comércio não permaneceu pequeno, cresceu, o século XI viu o comércio dar passos largos, sentindo a Europa se transformar no século XII.

Com a expansão das Cruzadas e com o contato com novos territórios deram uma nova cara a esse comércio, e esta relação com outros povos gerou a procura dos produtos que circulavam junto essa expansão das Cruzadas, fazendo com que esse comércio se intensificasse, como também viam com as Cruzadas a oportunidade de adquirir terras e fortunas.

Segundo ele, com as feiras foram proporcionadas novas possibilidades de se fazer dinheiro, surgindo novas relações com o comércio e com o dinheiro, onde:

No centro da feira, na corte para a troca de dinheiro, pesavam-se, avaliavam-se e trocavam-se as muitas variedades de moedas; negociavam-se empréstimos, pagavam-se dívidas antigas, letras de créditos e letras de câmbio circulavam livremente. (HUBERMAN, 1981: p. 33)

Nestas feiras os banqueiros realizavam negócios financeiros, e através das explorações das Cruzadas e das navegações, os negócios se expandiram por todo o continente, tinham como clientes papas, imperadores, reis, príncipes, repúblicas, cidades, até um dia em que esse empreendimento virou uma profissão, separado da feira.

E assim o dinheiro começa a ser aceito por todos como o equivalente geral de todas as trocas, não importando a subjetividade do trabalho utilizado para a

¹ Segundo Huberman, as feiras periódicas da Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, Itália, constituem-se em um avanço profundo à um comércio estável e permanente, onde neste período feudal os mercados eram pequenos, negociando com os produtos locais, em sua maioria agrícola, as feiras ao contrário, eram imensas, e negociavam mercadorias por atacado, que provinham de todos os pontos do mundo conhecido.

produção e nem a mercadoria que se queira na ocasião, nem a potencialidade de cada trabalhador.

Neste sentido Huberman afirma que com a introdução do dinheiro na vida, no comércio, transformou o modo das transações e das trocas, que agora se torna de mão dupla, tornando o intercâmbio de mercadorias mais fácil, e incentivando o comércio, pois o comércio reage com a extensão das transações financeiras.

As relações entre os capitalistas, digamos assim, os donos dos métodos e dos meios de produção, estão ligadas profundamente pela exploração, pois para quanto mais capitalistas, para mais geração de capital é preciso de mais assalariados. E a situação deste proletariado em nada altera a produção capitalista.

Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste pólo, mais assalariados naquele. A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. (MARX, 1996, p. 246)

Para trazer essa especificidade do capitalismo que aumenta seu capital a partir da exploração da força de trabalho no campo e na cidade, ou seja, quanto mais avança este modo de produção, mais o humano e a natureza estão em condições de riscos concretos, pois maior será o nível de exploração sobre os mesmos.

A produção da mais-valia se torna então o meio de exploração, pois quem produz as mercadorias são os trabalhadores que, ao trocarem por equivalente geral (DINHEIRO), suas horas trabalhadas, remuneram a si e ao proprietário ao mesmo tempo. Todos esses métodos de extração/roubo de mais valia são baseados na expansão da acumulação, e, na medida que evoluem as técnicas e os métodos o salário do trabalhador tende a piorar:

Mas todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Segue, portanto, que, à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer

que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agrilhoaram Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (MARX, 1996, p. 275)

Portanto, o que Marx define como modo capitalista de produção, refere-se às leis gerais do movimento do capital, processo baseado na propriedade privada dos meios de produção e na construção de uma ideia de liberdade que escravizará a maior parte dos trabalhadores na busca pela sobrevivência mediada pelo dinheiro.

Nesse sentido a acumulação do capital pressupõe a mais-valia, esta por sua vez, pressupõe a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias.

E todo este movimento se torna um círculo vicioso, onde segundo Marx, somente poderíamos sair dele supondo uma acumulação “primitiva”, anterior a acumulação capitalista, onde essa acumulação não seria o resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida (MARX, 1996, p.339).

Para definir o que seria essa acumulação primitiva, Marx afirma que: “A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”. (MARX, 1996, p. 340)

Assim, a exploração capitalista é dimensionada a partir dos meios de produção. Quando trabalhamos com a questão agrária vemos que o capitalismo é dimensionado, precisamente, a partir da quantidade de terra disponível.

E as condições de produção se adequam ao tamanho da propriedade. Porém no campesinato acontece o inverso, pois este leva em consideração o número de consumidores integrantes da família, e, a partir destas variantes dimensiona o volume da atividade produtiva. Assim:

Em outras palavras, as explorações capitalistas adequariam a contratação de mão-de-obra de acordo com o potencial produtivo da unidade econômica, de forma que permanecendo inalteradas as condições materiais, a intensidade da exploração se manteria indefinidamente. O

mesmo não ocorreria nas unidades camponesas, pois a força de trabalho era inerente à composição familiar. (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 117)

Buscando uma outra perspectiva, temos a interpretação de Aníbal Quijano, também válida para nossa análise, posto que o autor também vê o capitalismo como uma “nova” estrutura de controle de trabalho de recursos e de produtos que se transforma em um padrão global de controle.

En la medida en que aquella estructura de control del trabajo, de recursos y de productos, consistía en la articulación conjunta de todas las respectivas formas históricamente conocidas, se establecía, por primera vez en la historia conocida, un patrón global de control del trabajo, de sus recursos y de sus productos. Y en tanto que se constituía en torno a y en función del capital, su carácter de conjunto se establecía también con carácter capitalista. De ese modo se establecía una nueva, original y singular estructura de relaciones de producción en la experiencia histórica del mundo: el capitalismo mundial. (QUIJANO, 2000, p.123)

Portanto esse capitalismo trouxe mudanças estruturais na relação das pessoas, da exploração, dos recursos, da natureza, da propriedade privada.

E é neste contato do capitalismo com o campesinato que levantaremos essa discussão, pois vimos como a partir do capitalismo há uma nova forma de exploração entre trabalho/dinheiro, onde antes se configurava quase que objetivamente feudalismo/escravidão. E, a partir dessa dialética trabalhada diretamente com nosso objeto, desenvolveremos nossa pesquisa.

2.2 CAMPESINATO COMO RESISTÊNCIA AO MODELO CAPITALISTA

O surgimento e desenvolvimento do capitalismo transformou a Europa, pois com o crescimento do comércio também cresceram as vilas e cidades, o que vai causar o que Huberman define como “(...) uma divisão do trabalho entre cidade e campo” (HUBERMAN, 1981, p. 51).

Nesse processo o camponês encontra meios de se desprender da estrutura feudal, onde com o crescimento das cidades há grande necessidade da produção de alimentos para mantê-las, assim o campesinato tem a oportunidade de alcançar um território livre e uma autonomia na produção.

No sentido que o campesinato vai se tornando livre, se configura em uma resistência, entendendo que “resistência pressupõe um saber sobre o poder (...) pois é por meio dele, do saber, que o sujeito se empodera” em seu território, ao mesmo

tempo que busca a sobrevivência da família camponesa. (SCHILLING, 2010, p. 147)

Para entendermos essa definição de campesinato na Europa, a partir de uma vertente russa, utilizaremos dos pensamentos de Chayanov (1974), que deu um grande aporte com seu modo de análise familiar da história do campesinato, onde seus estudos caracterizavam esse campesinato a partir da unidade familiar.

Neste fragmento encontramos um dos argumentos elementares para a diferenciação entre o campesinato e o método de produção capitalista, que seria a desvinculação direta da necessidade do capital, ou seja, por seu processo histórico não estar ligado ao objetivo do capital, e sim pela “riqueza subjetiva”, material e imaterial, pela sustentabilidade do grupo familiar.

Levando isso em consideração, vemos como Chayanov (1974, p.120), em sua microanálise, interpreta a diferença entre o capitalista e a família camponesa:

La familia campesina trata de cubrir sus necesidades de la manera más fácil y, por lo tanto, pondera los medios efectivos de producción y cualquier otro objeto al cual puede aplicarse su fuerza de trabajo, y la distribuye de manera tal que puedan aprovecharse todas las oportunidades que brindan una remuneración elevada. De esta manera, es frecuente que, al buscar la retribución más alta por unidad domestica de trabajo, la familia campesina deje sin utilizar la tierra y los medios de producción de que dispone si otras formas de trabajo le proporcionan condiciones más ventajosas (...). El único rasgo que en este caso distingue a la familia campesina del empresario consiste en que el capitalista, de un modo u otro, distribuye siempre la totalidad de su capital; la familia campesina, en cambio, nunca utiliza completamente toda su fuerza de trabajo pues cesa de consumirla en el momento en que satisface sus necesidades y alcanza su equilibrio económico.

Neste sentido o campesinato não se adéqua a essa estrutura capitalista, pois seu fim é o autossustento, em que na busca da autonomia do seu território e de sua produção, percebemos que sua conjuntura econômica não é a centralidade do capital e sim a manutenção e o sustento da unidade familiar.

Discutir a formação histórica do campesinato, muitas vezes tem sua legitimidade questionada na América Latina, pois em algumas análises o conceito de campesinato é construído por uma interpretação que o associa ao processo histórico derivado do feudalismo.

Logo, como historicamente o pequeno agricultor não passa por esse processo na América Latina, se questiona sua existência nesse território.

Porém, como este continente sofre um processo de colonização pelos europeus, o campesinato acaba sendo resistência e/ou produto da exploração de trabalho, onde as trabalhadoras e trabalhadores camponeses pobres e indígenas, buscam um pedaço de terra digno para sobreviverem, e acabam por se concentrar geralmente nas fronteiras do latifúndio, como também, por partes, refém deste último.

Ocupando as terras que antes eram dos povos originários que aqui viviam, antes do genocídio provocado pela colonização e a exploração racial do trabalho indígena. Posteriormente com o negro, uma demarcação evidente da divisão racial do trabalho no continente, como bem aponta Aníbal Quijano na obra “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”:

América se constituyó como el primer espacio/tiempo de un nuevo patrón de poder de vocación mundial y, de ese modo y por eso, como la primera identidad de la modernidad. Dos procesos históricos convergieron y se asociaron en la producción de dicho espacio/tiempo y se establecieron como los dos ejes fundamentales del nuevo patrón de poder. De una parte, la codificación de las diferencias entre conquistadores y conquistados en la idea de raza, es decir, una supuesta diferente estructura biológica que ubicaba a los unos en situación natural de inferioridad respecto de los otros. Esa idea fue asumida por los conquistadores como el principal elemento constitutivo, fundante, de las relaciones de dominación que la conquista imponía. Sobre esa base, en consecuencia, fue clasificada la población de América, y del mundo después, en dicho nuevo patrón de poder”. De otra parte, la articulación de todas las formas históricas de control del trabajo, de sus recursos y de sus productos, en torno del capital y del mercado mundial. (QUIJANO, 2000, p. 122)

O processo de conquista vai transformar profundamente esses territórios.

O novo padrão de poder vai ser inserido sobre este continente, desconsiderando “o outro” que estava já neste território.

Neste sentido, não podemos trazer simplesmente os moldes de um campesinato europeu e tentarmos encaixar o campesinato latino-americano.

Assim, dentro deste espaço serão criados campesinatos específicos, dentro de suas territorialidades, onde vão sofrendo as influências culturais e regionais dos povos indígenas, influências culturais dos negros, sobreviventes do processo de escravidão, como também, pelo contato com imigrantes europeus, onde estes traziam um imaginário específico de campesinato, o colonato.

Da complexidade constituída pelo encontro entre diversos povos e modos de produção próprios ou externos, o campesinato na América Latina aparecerá com

outra cara, não caberá as clássicas análises a partir do campesinato europeu, quando nosso objetivo é desenhar esse campesinato latino-americano.

Assim, ao considerar as particularidades dos processos históricos que, foram moldando a mentalidade dos povos da América Latina, vemos como este campesinato se construiu a partir do contato com “o outro”, com outras identidades, o indígena, o ex-escravo, o colonato.

Como também teve seu papel revolucionário a partir das lutas em várias revoluções e revoltas como, a Revolução Mexicana (1910), Revolução Cubana (1959), Revolução Sandinista (1979), no Brasil, Canudos (1896), Contestado (1917), buscando dentre seus direitos a reforma agrária.

Mas, mesmo que às vezes considerado como lutas pontuais, partiram em defesa de sua autonomia e de seu território.

Para adentrarmos essa discussão, a partir de uma perspectiva latino-americana, deveremos iniciar com a obra de José Carlos Mariátegui, “As sete teses da realidade peruana” de 1979.

Pensador, sociólogo, jornalista e ativista político que, nos dá uma análise materialista sobre este processo de colonização europeia no Peru, os impactos que sofreram as comunidades originárias com a chegada do latifúndio e a resistência dos camponeses e indígenas.

Dentro de sua perspectiva, inegavelmente marxista, materialista, autor que trabalha com uma nova abordagem do marxismo na realidade da América. Mariátegui define esse processo no Peru como uma invasão e destruição quase total das comunidades originárias, onde estas, possuíam um sistema comunitário de socialismo.

Posteriormente com a presença dos colonizadores europeus, foi inserindo o que Mariátegui vai chamar de “feudalismo”, sobre diferentes formas (na serra e no litoral por exemplo).

Neste processo estas comunidades foram praticamente dizimadas, e as comunidades que sobraram em partes foram exploradas pelas empresas da terra, que se introduziram devido às políticas de colonização, e outra parte resistiu a seu modo, mesmo que se interiorizando.

Essas políticas coloniais foram exercidas para selecionar e introduzir neste “novo” continente as elites europeias (e com o passar do tempo formando uma própria elite local), inserindo o latifúndio no meio rural.

O latifúndio é um problema para as comunidades rurais sobreviverem, a escravidão é uma das faces do latifúndio, e, esta não morre sem o fim do latifúndio². Mariátegui nos aponta que o regime do trabalho está ligado diretamente ao regime de propriedade e, portanto, a partir da medida que o latifúndio colonial sobrevive, sobrevive também a servidão, sob diferentes nomes e formas.

No restante da América Latina, as coisas não foram muito diferentes, pois o latifúndio foi se introduzindo no campo como uma empresa, explorando as populações locais, e posterior buscando populações de fora para o trabalho na terra, falamos aqui primeiramente do tráfico de escravos trazidos da África.

No qual, pelo processo cruel de exploração do trabalho com a escravidão, esse latifúndio criou raízes profundas, se expandiu e fixou estas “elites” nos territórios da Latino América.

Nos finais do século XIX e no século XX, após a proibição do tráfico de escravos, e principalmente com as independências latino-americanas, há um incentivo por parte das “Novas Repúblicas”, para imigrações de trabalhadores, em sua maioria da Europa, como também de outras partes do mundo.

Esta foi a alternativa encontrada pelo Estado e pelo latifúndio, para substituição no trabalho, quando a escravidão tem seu “fim”.

Neste sentido, no Brasil, em estudos sobre a imigração, José de Souza Martins, um dos mais importantes cientistas sociais do Brasil, nos alerta, que: “Imigrantes de diferentes nacionalidades tiveram no Brasil diferentes trajetórias”. (MARTINS, 2010, p. 116)

O Estado cresce junto com sua economia capitalista, onde a partir da desculpa da modernização, do progresso e em defesa da propriedade privada, mantêm intacto o latifúndio, criando leis e projetos de colonização para assegurar suas fronteiras, e garantir que as terras não saiam da mão dessa parcela da população.

Por outro lado, o campesinato vai se desenvolvendo paralelo ao latifúndio, se formando geralmente nas regiões de fronteiras, adquirindo aspectos e particularidades derivadas dos vários processos de exploração do seu trabalho no

² Sérgio B. de Holanda, na obra “Raízes do Brasil”, também afirma, neste sentido (em relação aos escravos negros), “que a presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais”. (p.48)

campo. Buscando a sua autonomia econômica que se materializa no território, necessário para sua sobrevivência e de sua comunidade.

Com essas ações tomadas para a ascensão econômica do Estado no século XX, as urbanizações, as modernizações, as políticas neoliberais³, acabaram por transformar o campo e as cidades, onde estes processos da globalização, que deriva da “constituição” da América, é a “culminação do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado” (QUIJANO, 2000: p.122).

Assim, o “espaço rural” junto com o campesinato ganham um espaço marginal na sociedade, pois com os princípios da urbanização, o campo também sofre alterações, ocasionando um processo de “evolução científica no campo”, inserindo as tecnologias do capitalismo, as práticas comerciais, de consumo, gerando um “êxodo rural” de agricultores que não se adaptam a essa “evolução”, e, expandindo a pobreza no campo.

Para melhor entendermos esse processo, podemos trazer a definição de agronegócio por Silva e Mendonça (2012, p.4), onde:

(...) o agronegócio é o novo nome de um velho fenômeno, o modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista (...) uma palavra nova, da década de 1990 e é também uma construção ideológica para tentar modernizar a imagem que se tem do latifúndio, na tentativa de camuflar o caráter concentrador, predador e excludente desse tipo de exploração. O agronegócio é marcado pela intensificação da produtividade e da incorporação de tecnologia aplicada à produção, objetivando atender as demandas geradas pela reestruturação do capital, trazendo um novo arranjo produtivo e social no campo e na cidade. Esse novo arranjo afeta os trabalhadores através da flexibilização das relações de trabalho, ou seja, maximização dos lucros, recriando mecanismos de acumulação que se manifesta em uma metamorfose das relações de trabalho que ocorrem não apenas no setor industrial, mas também repercute e se manifesta no trabalho agrícola.

A necessidade da reforma agrária na América Latina se configura em uma luta permanente, luta em todos os âmbitos, por esse motivo não podemos afirmar que o campesinato e populações rurais nunca foram revolucionárias, a História está aí para confirmar isso.

³ Entendemos o neoliberalismo como um conjunto de ideias e ações políticas e econômicas capitalistas, que afirmam a não participação do Estado na economia. Neste sentido deve haver um “mercado livre” com total liberdade. Este conceito surge na segunda metade do século XX, na década de 1970, através do economista Milton Friedman.

As comunidades rurais continuamente buscaram a soberania do território, e o latifúndio se mantém como o inimigo, acumulando terras e se expandindo.

O capitalismo escravizou os povos e elevou apenas uma parcela social, se introduzindo e se mantendo no campo e na cidade em suas várias formas de exploração, como o latifúndio, as grandes empresas do campo, com a expansão do comércio através das políticas liberais.

Atualmente, com o protagonismo facetário do agronegócio e das multinacionais em todo campo na América Latina, se configuram em novos processos inseridos pelas políticas neoliberais, e a partir destas políticas, constituem-se como “blocos” capitalistas que, se mantém firmes e fortes, gerando o lucro com o trabalho das populações mais necessitadas.

A Revolução Verde foi um dos processos que promoveu profundas mudanças no campo devido às políticas neoliberais, esse é o principal fator de mudanças relacionadas ao setor agrícola nas décadas de 1960-70, pois tinha-se como objetivo industrializar o campo. O que acabou provocando modificações nos modelos de produção e nas (re) evoluções das técnicas na agricultura. (MAZOYER, ROUDART, 2010).

A Revolução Verde é considerada uma revolução pelas mudanças estruturais e abandono das tradições camponesas para implantar um modelo científico, modernizando e industrializando o campo.

Nesse pretexto de modernização (conservadora) criou-se a necessidade de o agricultor melhorar e incorporar os pacotes tecnológicos em suas propriedades, adquirindo novos maquinários e novas técnicas de produção, fazendo que o trabalhador rural fique dependente de certas empresas e grupos que detém estes pacotes tecnológicos:

Após a Segunda Guerra Mundial, a maior preocupação dos governos dos países industrializados era favorecer e acelerar uma revolução agrícola da qual se esperava que ela contribuísse para a melhoria da alimentação e do bem-estar geral, que liberasse o máximo possível de força de trabalho, da qual as indústrias e os serviços de plena expansão tinham grande necessidade, e a revolução agrícola efervescesse, a montante e a jusante, os mercados e as matérias-primas agrícolas necessárias ao rápido desenvolvimento industrial. (MAZOYER; ROUDART, 2010: 479)

Nesse sentido, a Revolução Verde buscou acelerar e facilitar a produção capitalista, um jogo interesses políticos para o alcance do mercado de alimentação mundial, pois quem mais se beneficia com a exportação são os grandes latifundiários ligados ao governo, quando não estão ocupando cadeiras e cargos

públicos.

O advento da Revolução Verde trouxe a centralidade da venda de insumos e mecanismos, dos pacotes tecnológicos, à certas empresas multinacionais, para fixar o agricultor nas dívidas e nas novas técnicas introduzidas no campo. Também trouxe a modernização específica para a educação, formando profissionais e incentivando agrônomos e técnicos a dominarem os modos de produção baseados na produção em larga escala.

O papel da Revolução Verde foi, ao mesmo tempo, substituir os insumos e as técnicas da agricultura camponesa, e buscar o domínio e a apropriação do conhecimento destas técnicas somente para si.

Pois, buscou formar os agricultores para técnicas mais “avançadas”, com melhores resultados, fixando o ideal de rapidez e melhor rendimento da lavoura, para assim então, buscar a aderência da massa camponesa. E este agricultor agora é refém destas empresas, que detém todos os insumos e sementes, que ele precisa para suas plantações. Ao mesmo tempo que o conhecimento camponês, construído historicamente, foi se perdendo.

Esse processo é uma das causas da “evolução” do conceito de campesinato, pois hoje os agricultores utilizam de alguns desses insumos, maquinários, técnicas de cultivo, sendo necessário por perdas e substituição do conhecimento camponês, que era passado de geração para geração.

E configurando o camponês como uma cultura não unicamente tradicional e fixa, mas que passou por uma mudança devido aos processos históricos (os processos de introdução do campesinato no continente americano, a Revolução Verde, as ditaduras militares), definindo-se camponês como uma figura mais política, devido ao modo de agir e de resistir, perante o capitalismo.

2.3 CAMPESINATO NO BRASIL

Pensando no Brasil, vemos que os povos indígenas, pequenos agricultores, camponeses, as comunidades culturais negras, desde a colonização portuguesa estiveram resistindo as múltiplas opressões e dificuldades, como a

formação do latifúndio, o escravismo, do coronelismo⁴, as jurisdições que não permitiram o acesso à terra aos pobres.

Como é o caso da política da Lei de Terras de 1850⁵, um tratado que transformou a forma da aquisição da propriedade, dando a essa um valor capitalista, transformando a terra em mercadoria. O que acaba sendo uma estratégia ferrenha na separação da terra dos pobres no campo, estes que não tinham como comprá-la devido a seu valor excessivo.

A terra no Brasil colonial não se tinha convertido ainda em mercadoria, mas sim num privilégio de casta – a terra-privilégio (Guimarães, 1989). Ela só se transformará em mercadoria com a Lei de Terras, em 1850, que fixa os seus preços em valores bastante elevados, evitando assim propiciar o acesso à terra à multidão de camponeses livres. Além disso, é importante lembrar que nessa época ainda vigia o sistema escravocrata, e que a numerosa população negra, portanto, também estava excluída do acesso à terra. (CARVALHO, 2004, p. 168)

A colonização é, em seu modo específico, é um projeto elitista burguês, e a “modernização” e “urbanização” e “globalização”, são projetos do capitalismo “moderno”.

Mesmo assim, várias comunidades se formaram e se mantiveram, algumas sobreviventes do processo de colonização, como: povos indígenas, lavradores, camponeses, colonos, comunidades quilombolas, e posterior outras comunidades culturais que buscaram seus territórios e uma melhor qualidade de vida.

Posteriormente a independência do Brasil de 1822, na transição do período imperial brasileiro para a república, pouco interessava aos governantes as questões dos grupos sociais subalternos, onde o governo que estava em mãos de um sistema “coronelistas”, em um Estado fragilizado, com demandas somente para as elites e com nenhuma responsabilidade para com os povos marginalizados.

Assim, para esse Estado definir suas fronteiras geográficas ideológicas e transmiti-las para sua nação não seria algo tão simples assim. Entendendo que este

⁴ Forma que se denomina um poder central no estudo colonial do Brasil, esta seria uma nomenclatura dada ao latifúndio brasileiro, que devido a sua força econômica, força política e subjugadora, vai dominar o cenário político posteriormente a queda do império brasileiro de Dom Pedro II.

⁵ Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil.

território cheio de variantes étnicas, recém saindo do período imperial e do período escravista, se tornando difícil definir um “povo brasileiro”. Somado a um período de miséria e desmazelo do governo, a identificação regional se torna muito mais “interessante” que uma perspectiva nacional.

Devido à colonização e a influência religiosa da Europa, o catolicismo, marcou profundamente as comunidades latino-americanas.

No Brasil percebemos aspectos dessas raízes profundas, deixadas desde os primeiros missionários que, catequizavam os povos indígenas, até as influências posteriores que serviram como base de organização política, principalmente após a derrubada do império de Dom Pedro II pelos Liberais⁶.

Neste sentido, buscamos a análise de duas revoltas contemporâneas, definidas religiosamente como “Messiânicas”, foram por muitos esquecidas, embora sejam consideradas as maiores guerras populares da história do Brasil.

Falamos da Revolta do Contestado (1912-1916) e da Revolta de Canudos (1896-1897). Onde “A plebe rural, abandonada e desajustada no quadro institucional, refugia-se no messianismo (...), em protesto difuso sem alvo”. (AURAS, 1984, p. 45)

É notável que nestas duas revoltas, de Canudos e Contestado, não ficou silenciado o massacre, pois foi posto a mostra os horrores, principalmente pelo advento da fotografia, que já estava sendo inserida em matérias de jornais.

Assim, a circulação dessas informações já teria ganhado uma velocidade maior e alcançando mais pessoas. Talvez por isso temos mais informações destas duas revoltas do que as inúmeras outras, escondidas e abafadas pelo poder do Estado.

A dominação do Estado estava nas mãos das elites no Brasil, com o Império, com a república, ainda continuava no poder dos grandes coronéis latifundistas, que exerciam papéis políticos nas regiões das duas revoltas.

O fato que se soma seria a entrada do capitalismo, das grandes empresas e a necessidade da mão-de-obra, também pela necessidade maior de uma comunicação com todo o país.

⁶ Elites e intelectuais que, pelo domínio de terras e de riquezas e do “conhecimento”, tem certa influência na população, esses coronéis, como são popularmente conhecidos, apoiaram a República Brasileira visando um governo controlado pelo coronelismo.

O messianismo analisado aqui, que se faz presente nas duas revoltas, este como movimento religioso que se interage com a política, pois após a instauração da República a igreja perde toda sua hegemonia política, se tornando então um dos grupos excluídos pelo Estado.

Um dos muitos grupos morais excluídos por um Estado Nacional, essas minorias sociais que se manifestam contra a hegemonia da República, são esmagados por ela.

Podemos perceber que esse modelo repressivo do Estado, perpassa a repressão física, destruindo as memórias, distorcendo os relatos, construindo uma história oficial que retrata os feitos do Estado.

Como podemos ver nos questionamentos sobre a sanidade dos monges que lideraram as revoltas, na construção de figuras monstruosas, maníacos e sanguinários, pois essa seria uma estratégia para desmistificá-los de uma figura de organização política e levantadora desse movimento de resistência contra a repressão do Estado e em favor dos povos subalternizados.

A Lei de Terras no Brasil em 1850 e a abolição da escravidão são dois processos que auxiliam para a implantação do Estado Nacional.

Por um lado, a Lei de Terras com seu aspecto simbólico geográfico para instituição da propriedade privada e a divisão nacional, por outro a abolição, pelo fator desta retirar o escravismo, apropriação do trabalho, estrutura fundamental do império para o mantimento do latifúndio.

Esses são dois marcos que são importantíssimos para a compreensão das duas revoltas, onde o Estado Nacional era governado por elites coronelista e a população estava sedenta e sem força organizativa para se levantar contra esse poder.

Assim sendo, o governo vigente a partir de seu modelo hegemônico de dominação, vai reprimir as minorias que vão contra o mesmo, destruindo seus vestígios e sempre construindo com isso uma história oficial, por isso as releituras que sempre faremos, trará consigo elementos não constatados antes. Como no caso, devemos analisar a versão dos vencidos, dos grupos marginais da sociedade.

Ao analisarmos a formação histórica das organizações camponesas do Brasil, percebemos alguns pontos, que devido sua importância estratégica, não devem ser deixados de serem destacados, como é o caso das “Ligas Camponesas”, considerada como a “primeira organização” no país destinada ao camponês.

Surge em 1945, após dez anos de ditadura varguista, onde acontecem grandes mobilizações camponesas, nasce as “Ligas Camponesas” (ver MORAIS, 2012: 21). Estas, organizadas por dirigentes do Partido Comunista na época, devido a centralidade do Partido Comunista, seu primeiro líder era o mesmo do partido, Luiz Carlos Prestes (MORAIS, 2012, p. 23).

Segundo Eric Sabourin, “Este movimento levou à criação do Estatuto da terra e do Estatuto do trabalhador rural, bem como a implantação dos primeiros sindicatos camponeses”. (SABOURIN, 2009, p.80).

As Ligas Camponesas são implantadas no cenário nacional e abraçadas por milhares de camponeses de vários Estados brasileiros, (...) organizado nos seguintes Estados brasileiros: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro, Guanabara (extinto), Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Acre e no próprio Distrito Federal (Brasília). ” (MORAIS, 2012, p. 65).

Pois, até então, as organizações das massas provinham primeiramente do meio urbano, com os movimentos operários e sindicais, e, por isso a necessidade de se criar uma organização unicamente do campo.

Porém, segundo Clodomir dos Santos Moraes, a proscrição do Partido Comunista em 1947 significou o fechamento das Ligas Camponesas, e as que resistiam enfrentaram perseguições derivadas do governo Dutra, um governo marcado principalmente pela repressão no campo, onde ocorreram a maioria dos assassinatos.

Vale destacar que em 1964, com o golpe, as Ligas Camponesas desaparecem completamente devido a repressão militar.

Assim como os grupos que buscavam a liberdade e a queda do governo autoritário, os dirigentes, os representantes e os camponeses das Ligas sofreram as repressões da ditadura militar (1964-1985).

Neste sentido o espaço rural também sofre alterações provocadas pelos processos de modernização do país, através da ditadura, como o exemplo da Revolução Verde já citada, uma revolução na agricultura, nos modos de produção, que transformou profundamente o campo, deixando os agricultores reféns das multinacionais que administravam os pacotes tecnológicos.

Para termos uma noção do como estes processos históricos, que fizeram parte da constituição do território brasileiro, como também da estruturação da

propriedade privada, devemos analisar como se dá hoje em dia os territórios nacionais a partir das variantes: número de imóveis/porcentagem populacional/porcentagem de terra.

Assim apresentaremos a tabela com a síntese atual da estrutura fundiária brasileira. (INCRA, 2003)

Tabela 1 – Síntese da estrutura fundiária brasileira (2003)

Dimensão	Hectares	Nº Imóveis	População %	Terra %
Pequena	- 200	3.895.968	91,9	29,2
Média	200 a -2000	310.158	7,3	39,2
Grande	+ 2000	32,264	0,8	31,6

Fonte: Incra, 2003.

Sabendo que o INCRA e o IBGE são os únicos órgãos nacionais de cadastramento e senso rural, mas mesmo eles não são capazes de apresentar um mapa agrário preciso.

Vemos, na tabela acima, a condição das propriedades brasileiras cadastradas, onde menos de 10% da população brasileira concentra mais de 70% das terras.

E os pequenos proprietários de terras, que somam um montante de mais de 90% dos imóveis, porém com menos de 30% das terras.

Mas os pequenos agricultores produzem mais de 70% dos alimentos que vão à mesa do trabalhador brasileiro. A partir dessa tabela devemos discutir a estrutura fundiária das comunidades rurais, onde sendo a maioria ainda são excluídos e vistos como minoria em várias definições teóricas.

A questão do campesinato no Brasil, caso que não se diferencia muito em outras regiões da América Latina, é a sua marginalização e a miséria, o campesinato se manteve em um local estratégico distante dos centros urbanos e das terras produtivas, geralmente condicionados às “taperas”, regiões montanhosas, de difícil acesso, regiões geralmente menos produtivas. No Brasil temos como o exemplo a

região nordeste, onde é a maior concentração de pequenos produtores e pobres do campo no país. Notamos claramente as intenções e os projetos dos governantes deste território, onde acabam por condicionar a “pobreza” para certas regiões do Brasil.

Podemos constatar isso aqui no Brasil, onde temos um dos maiores símbolos do poder do campo controlando o Estado, um bloco de poder que é denominado “bancada ruralista”, uma das maiores se não a maior frente parlamentar (composta por grandes latifundiários) que atua no governo em favor do agronegócio, e das grandes empresas multinacionais do campo. Enquanto isso os pequenos produtores padecem no campo e aos poucos acabam migrando para as cidades devido a várias políticas de exclusão e marginalização social que somente promovem a economia burguesa. Esse Imperialismo matou e continua matando muitos camponeses por disputas por terras, pelo envenenamento da comida que vai para a mesa do brasileiro, pelas políticas que somente privilegiam o sistema produtivo capitalista, e que o governo dá as costas para os mais necessitados.

A capacidade de organização e resistência camponesa foi traçando novos caminhos, contrapondo o modelo capitalista, passando por situações e exigências referentes a produção da agricultura camponesa, acabando por causar “evolução” política do conceito, que reflete em seu modo de agir, de se organizar e representar sua classe.

Hoje, o campesinato vem procurando seu espaço na sociedade, a partir de suas teorias busca uma união entre os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, se vinculando à vários movimentos sociais como também à várias identidades para isso. Percebendo a questão agrária brasileira, vemos que o campesinato se distancia do modelo hegemônico nacional de produção, e sendo uma categoria marginal continua presente ainda hoje nos movimentos sociais ou escondidos em todo o país.

2.4 DEFINIÇÕES E PERSPECTIVAS POLÍTICAS DO CAMPESINATO

Hoje em dia o mundo rural latino-americano é um espaço dinâmico, com múltiplas diversidades culturais, étnicas e identitárias, populações que em sua maioria são compostas por trabalhadores e trabalhadoras do campo, que vivem e dependem da relação com este meio.

Suas formas organizativas e denominações se definem a partir de suas atividades produtivas, de processos de vinculações e criações de indenidades, estratégias utilizadas para se defenderem das opressões sociais, e, defenderem seus territórios.

Poderíamos citar uma infinidade de denominações como populações indígenas, camponesas, camponeses indígenas, lavradores, caboclos, caipiras, caiçaras, colonos, pescadores, coletores, artesãos, faxinalenses, quilombolas, agricultores familiares entre vários outros (SILVA, 2014) (CARVALHO, 2004).

Porém, a perspectiva sobre este item é trabalhar mais profundamente sobre o campesinato, entendendo este como uma categoria rural e política, um conceito, que não tem que abranger todas as populações rurais, debater este conceito, seus paradigmas e suas considerações.

Devendo perceber as particularidades deste campesinato brasileiro, a partir das suas especificidades territoriais e históricas, de seu modo de vida, suas evoluções conceituais, e, como estas formas de campesinato se mantêm no campo. Neste sentido, nosso propósito é trazer as especificidades do modelo de agricultura camponesa no Brasil, suas ações programáticas, suas propostas de intervenção social e especialmente suas lutas de resistência e de permanência nos territórios.

O campesinato é mais que uma cultura de produção de manipulação da terra e dos recursos naturais, ele é um modo de reproduzir vida, uma economia social, que mantêm uma relação harmoniosa, baseado na construção histórica das suas ferramentas e técnicas de trabalho, tomando seu devido cuidado com a natureza, já que sua produção depende deste equilíbrio.

Trazendo a perspectiva de um pensador que se define muito bem em seu tempo e espaço para lançar seu discurso, Valter Israel da Silva, um camponês militante do Movimento dos Pequenos Agricultoras (MPA).

Segundo Silva (2014, p.23), o “sistema tradicional de produção camponês é considerado uma sábia combinação entre diferentes técnicas, foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas de criação animal. ”

Sabendo que cada campesinato tem uma relação específica com o ambiente que se desenvolve, pois ele também sofre contradições e enfrentamentos para definir sua autoafirmação. (CARVALHO, 2004).

Os camponeses e as camponesas são a os protagonistas centrais nesse

modo de vida, onde eles têm a posse ou o acesso a esses recursos naturais (água, florestas, biodiversidade, saber coletivo), atendendo primeiramente às demandas alimentares da sua família, estabelecendo o autossustento familiar.

Assim, o campesinato não se configura em um modo de produção individualista, mas sim busca um ideal do grupo familiar, trabalhando várias vezes, com uma agricultura onde o coletivo se forma por famílias camponesas, que se auxiliam e trocam conhecimentos e experiências e um exemplo seria os mutirões, evento camponês onde se forma um coletivo, um grupo de famílias, que se organizam em um dia para trabalhar a propriedade do vizinho.

Neste sentido, segundo o texto do Frei Sérgio Antônio Górgen, retirado do “Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos” de 2005, a comunidade:

(...) é o elemento central no modo de vida camponês. Destruir suas comunidades é destruí-lo por inteiro. Na comunidade há espaço da festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução dos conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da celebração da vida (aniversários) e da conveniência da morte (ritualidades dos funerais). Tudo adquire significado e todos têm sua importância na comunidade camponesa” (GÖRGEN, 2005, p.74).

Sabendo que a comunidade tem seu papel fundamental na organização do campesinato, vemos como os espaços têm se fragilizado devido o processo contínuo de distanciamento criado entre o campo e a cidade.

Onde a urbanização como um projeto capitalista, deixa o campesinato mais vulnerável devido a apropriação do seu território, removendo os agricultores, as escolas rurais, as organizações camponesas, os povos indígenas, as comunidades tradicionais.

Transformando o espaço rural, deixando-o sem lutas e sem gente, para uma maior apropriação da terra pelo latifúndio. Tornando mais fácil a tomada dos recursos. Portanto é a partir da luta social, da autonomia do território, da soberania alimentar, soberania hídrica e da semente é que as populações rurais se manterão vivas.

Percebendo esta necessidade da permanência dos camponeses nos seus territórios, vemos a definição de família camponesa por Silva, segundo ele a família camponesa:

(...) é a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza, a reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família. (SILVA, 2014, p.53)

O campesinato carrega também alguns conceitos importantes consigo, por exemplo, a sustentabilidade, buscando uma “eficiência produtiva, equidade social e prudência ecológica”, configurando um modo de produção que melhor se adéqua à um modelo global, elevando a produção junto com a melhoria social das pessoas do seu grupo familiar e da comunidade. (SILVA, 2014, p. 9),

Pensando na configuração da produção do campesinato, vemos que esta varia baseada na necessidade familiar, com o compromisso do respeito ao meio em que vive.

De acordo com Sevilla e Molina (2012, p.53) definem bem essa característica, trazendo também essa relação importante entre o campesinato e o seu compromisso ético para com os recursos naturais: “o camponês aumenta a produtividade por seu compromisso ético e por seu zelo em relação ao espaço e aos recursos naturais de onde tira sua sobrevivência garantindo a satisfação familiar em relação ao esforço e dureza atribuída ao trabalho desenvolvido.”

Trazendo uma perspectiva teórica mais profunda, que nos auxilia para a compreensão da construção do conceito de campesinato, que busca abranger os fenômenos rurais, ligados a suas práticas, a seu modo particular de reproduzir vida, propomos a análise de Horácio Martins de Carvalho (2014), agrônomo e cientista social, que há muito tempo vem contribuindo para o debate sobre o campesinato.

Primeiramente, levando em consideração a sua análise sobre Chayanov, economista agrário russo e um grande contribuidor para o entendimento sobre o campesinato europeu que, em uma série de levantamentos estatísticos recolhidos desde 1870, formulou sua teoria da especificidade da economia camponesa:

Haveria como que um “modo de produção doméstico”, distinto do escravismo, feudalismo e capitalismo. Seu modelo partia do grupo doméstico individual, cujo objetivo ideal básico, seria garantir a satisfação de suas necessidades, e não a realização do lucro, razão pela qual o campesinato não deveria ser considerado como uma forma de capitalismo incipiente. (CARVALHO, 2014, p. 231)

O autor afirma que este campesinato não pode ser considerado uma forma de capitalismo inicial, onde mesmo que o camponês possui os meios de

produção e reprodução, ele não busca a realização do lucro financeiro, mas sim garantir o autossustento da família camponesa.

Por isso se faz necessário discutir os pontos teóricos sobre o conceito, pois é a partir deles e da análise do objeto, que fixaremos nossa afirmação, que diferencia os dois modos de produção, o campesinato e o modo de produção capitalista.

Num sentido mais econômico, Jan Douwe van der Ploeg, engenheiro agrônomo, especialista em economia e em pesquisa social, afirma que a agricultura camponesa se constitui parte altamente relevante e indispensável da agricultura mundial, trazendo uma análise sobre a perspectiva da produção camponesa, ressaltando suas diferenças do modelo agronegócio, investigando a perspectiva do “valor agregado” à nova riqueza gerada pelo trabalho da família agricultora no processo produtivo, este que corresponde, ao mesmo que nos referirmos ao produto que é retirado do esforço da unidade familiar, que não se caracteriza somente no valor financeiro, mas sim a riqueza alimentícia e o bem-estar.

(...) a agricultura camponesa está voltada para produzir tanto valor agregado quanto possível sob as circunstâncias dadas, e que seu desenvolvimento visa, acima de tudo, aumentar o valor agregado na unidade produtiva. Esse foco na criação e ampliação do valor agregado reflete a condição camponesa: o ambiente hostil é enfrentado por meio da geração independente de renda no curto, médio e longo prazo. (PLOEG, 2009, p. 21)

Fazendo um paralelo nessa análise entre o campesinato e o modo de produção capitalista, percebemos que o modo de produção capitalista também se rege em torno do valor agregado, embora seu progresso está essencialmente associado ao aumento da área de produção.

Esse aumento se dá a partir da aquisição de outras propriedades, geralmente pequenas propriedades que estão em sua volta, e este é um grande problema enfrentado pelos agricultores pobres.

A partir do aumento da produção do agronegócio é necessária a expansão territorial, para isso acabam forçando os pequenos agricultores a saírem de suas terras, gerando um êxodo rural de agricultores que não conseguem se manter no campo.

Essa expansão tem um significado prejudicial para o camponês, onde este será tende a ser afetado por esse processo de expansão modelo capitalista.

Como sabemos, no capitalismo a produção em massa depende de mecanismos como maquinários pesados, insumos químicos, agrotóxicos que envenenam os alimentos, os rios, a natureza, uso excessivo da terra, enfim, métodos utilizados para diminuir a mão-de-obra do capitalista, para facilitar e acelerar o manejo das plantações.

Mas, devido ao modo que esse modelo de produção que administra o solo, as plantações, a natureza, buscando o lucro acima de tudo, não levando em consideração o meio ambiente, tornando esse território em um ambiente prejudicial à saúde da população, acabando por afetar os recursos naturais destes ambientes em que são desenvolvidos estes modelos.

Onde estas grandes propriedades, aumentando a área de cultivo, destroem e desmatam mais as florestas e acabam contaminando mais a água, que vai para as casas dos trabalhadores.

Hoje em dia os agricultores familiares que se adequam ao modelo de produção capitalista, onde se colocam em setores capitalista da produção de alimentos, e/ou dirigem seus trabalhos para a produção de lucro financeiro em vez de produzirem alimentos, buscando a modernização constante de seu pequeno maquinário, o acúmulo de terras para aumentar sua produção, que por consequência, tende a seguir nesse caminho, evoluindo seus mecanismos de produção, se adequando a esse “sistema”.

Um dos problemas causados pela vinculação da agricultura familiar ao modo de produção capitalista, seria em relação a como essas famílias são exploradas pelas grandes empresas e multinacionais do campo, onde estes agricultores se tornam escravos do tempo do seu trabalho, dependendo de insumos agrícolas das mesmas empresas, ao mesmo tempo que abandonam as tradições camponesas e as relações de comunidade.

Quando já vinculado ao modelo capitalista, a opção para este agricultor sobreviver seria a adequação deste às tecnologias, integrando-se ao modelo industrial de produção, o que acaba por o converter em um trabalhador assalariado.

O campesinato é considerado por muitos o “óleo queimado da história”, invisibilizado em sua produção e em seu modo de vida, mesmo hoje, onde mais de 90% das unidades agrícolas do Brasil são pequenas propriedades. (INCRA, 2003).

E é na relação específica com a natureza que o campesinato embasa seu modo de produzir e reproduzir, sua identidade, sua mística e sua produção.

Trabalhando com o paradigma da “morte do campesinato”, trazemos três teorias clássicas, retiradas de uma passagem do texto “O Campesinato o Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil”.

O paradigma do fim do campesinato compreende que este está em vias de extinção. O paradigma do fim do fim do campesinato entende a sua existência a partir de sua resistência. O paradigma da metamorfose do campesinato acredita na sua mudança em agricultor familiar” (CARVALHO, 2004: 17).

Em resumo, a primeira teoria fala sobre o paradigma do “fim do campesinato”, este tem duas interpretações: uma se configura na transformação do campesinato pela renda capitalizada, onde pequena parcela tem a condição de capitalista, enquanto grande parte é condicionado a ser assalariados; a segunda interpretação se dá no desaparecimento dessa categoria, sendo superado pela supremacia da agricultura capitalista. Essa teoria é uma teoria do agronegócio, que pretende o fim do campesinato.

A segunda teoria, seria sobre o paradigma da “metamorfose do campesinato”, o camponês sofreria uma substituição, sendo julgado como atrasado, enquanto o agricultor familiar moderno, teria as condições de se manter nesse sistema. Nessa teoria se afirma que o campesinato morrerá, porém, o trabalho família não.

A terceira teoria é destacada como paradigma do “fim do fim do campesinato”, onde este afirma que ocorreria uma recriação do campesinato, a partir da territorialização, onde a classe camponesa se apodera da terra, por arrendamentos, compra da terra ou ocupação da terra – essas que seriam as três formas de recriação do campesinato.

Silva (2014) afirma que esta teoria é a teoria apoiada por ele e pelo campesinato brasileiro, este que se recria e se mantém se manifestando e mostrando sua força na produção e na imposição de seu modo de vida.

É essa terceira teoria que Silva defende, e é a partir dela que define que o campesinato viverá, não estático, não único, mas enquanto modelo próprio de vida e de produção, se afirma enquanto classe, tendo como base uma cultura própria, projeto próprio, relação hostil ao agronegócio, as multinacionais e o latifúndio. Defendendo a soberania alimentar, e afirmando as sementes como patrimônio da humanidade

Como viemos afirmando, o processo de globalização e o avanço das políticas neoliberais transformaram e continuam influenciando em quase todos os patamares a vida das populações rurais. Pois dentro dessa lógica capitalista, onde o capital é mais importante que a qualidade de vida das populações, todo e qualquer projeto agrário que seja produzido dentro destas perspectivas, também produzirá estragos terríveis ao meio ambiente.

A manutenção do latifúndio no território nacional e a inserção das multinacionais no campo reforçam mais ainda essas relações de exploração e expropriação da produção do trabalhador rural. Vemos mais profundamente como esse Imperialismo econômico agrava a qualidade de vida, a saúde da sociedade, o meio ambiente.

Portanto são inúmeros os “prejuízos” desse sistema capitalista, onde por mais que o Estado venha nos afirmar a necessidade do agronegócio para a manutenção da economia da sociedade.

Vemos pelos gráficos de produção mundial de alimentos, que quem produz “alimento” são as pequenas propriedades, enquanto as grandes propriedades somente produzem monocultivo, que além de não serem alimentos (estes como matéria-prima para a industrialização da “comida”) e tampouco saudáveis, servem somente para elevar o lucro de uma pequena parcela da sociedade.

O latifúndio ainda significa um regime de terra que oprime e escraviza os trabalhadores do campo, a manutenção e o crescimento dele afirmam a exclusão das pequenas propriedades, assim como a saída das famílias do campo.

O agronegócio é um projeto de exclusão da família camponesa assim como de todas as populações rurais do campo, temos como exemplo as disputas de terras entre indígenas e fazendeiros, que amparado por seu poder e por políticas neoliberais, ocasionam a eliminação de povos e da natureza, em favor do lucro econômico.

A globalização trouxe profundas mudanças na cidade e no campo, inclusive as questões identitárias, estas foram se adequando em conjunto aos processos de vinculação e lutas sociais.

A autoafirmação é uma questão pessoal que podemos notar em vários países latino-americanos, como o exemplo do resgate da identidade e cultura indígena, esse resgate (além das variantes pontuais de cada população) se dá pela

defesa e reestruturação do território e de políticas específicas as populações, e não exclusivamente aos povos indígenas, como vemos também aos camponeses, quilombolas e múltiplas outras comunidades.

O discurso da dualidade entre o campo e a cidade, foi incorporado pelo sistema capitalista, a urbanização é um projeto do agronegócio, para assim adequar os trabalhadores a seu gosto, amontoados e perto de seus ofícios, e sem suas terras.

O campesinato se constrói e se mantém em paralelo ao sistema capitalista, não morre o campesinato, suas teorias não o definem completamente, pois este não é estático. Como também esse campesinato se afirma enquanto modo de vida, transformador da sociedade.

Analisando a síntese do campesinato no Brasil, a partir dos movimentos sociais, que buscam sua liberdade pelo acesso e autonomia do seu território, percebemos que não foi dado ao campesinato a possibilidade deste se libertar e se desenvolver, pois as políticas de reforma agrária não saíram do papel.

Assim o campesinato não teve como desenvolver plenamente sua agricultura, pois o campo político pouco o favorecia para a concretização deste processo.

Neste sentido não afirmamos que todos os trabalhadores da terra são camponeses, mas não negamos que o campesinato ainda exista. O campesinato mundial está aí para mostrar sua força e existência, vemos ele hoje em suas várias organizações e movimentos sociais difundidos pelo mundo, como também seus atos e suas pautas políticas.

Não devemos negar a especificidade camponesa, mesmo negando essa metanarrativa do meio rural, não negamos que o campesinato exista hoje em dia, mas sim a narrativa total, a ideia totalizante que o mundo rural se explique todo no método do campesinato.

Devemos ter muito cuidado quando analisamos os discursos que tendem a eliminar essa categoria, ou substituir por outra definição. Sabemos que o mundo rural não é homogêneo, e que por isso novas e antigas identidades têm sido inseridas e trabalhadas mais ainda a partir do final do século XX, em especial na América Latina, principalmente devido à derrubada dos governos autoritários que sustentaram as opressões no campo e cidade até então, e a partir do movimento

das identidades, vemos como os movimentos sociais camponeses vem expressando e colocando em suas pautas.

Não queremos aqui trabalhar com um conceito original de campesinato, tampouco definir esse campesinato como algo estático e homogêneo em todo o mundo, ou mesmo no caso brasileiro, mas sim trazer para a análise como esse campesinato se mantém hoje em dia, com suas interpretações e variantes se definem conforme a região e o modo de vida, para construir um debate em contraponto ao fim do campesinato.

Mauro William Barbosa de Almeida define no texto “Narrativas Agrárias e a Morte do Campesinato” (ALMEIDA, 2007), as características do campesinato, afirmando que: “esses objetos e suas características não foram eliminados pela modernização e globalização. Talvez seja o conceito de “campesinato” que perdeu a capacidade de iluminar como antes esses objetos” (ALMEIDA, 2007, p.166).

O aspecto que Almeida trabalha são os efeitos da globalização e da modernização na vida dos camponeses, afirmando que estas variantes transformaram e deram o fim a esse campesinato, onde este perdeu sua origem.

Percebemos, sim, as mudanças ocorridas no meio rural na vida dos camponeses, como percebemos também que essas transformações como a intenção do campesinato em se vincular a sociedade nacional, a busca de mercado para sua produção, a vinculação com bancos e empréstimos, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), um programa brasileiro de créditos conquistados pelas lutas dos camponeses, são conjuntos de estratégias que estes trabalhadores e trabalhadoras tendem tomar para se manter no campo e melhorar a qualidade de vida de sua família. Inclusive por ter mais acesso a vários recursos da sociedade capitalista, esse trabalhador adéqua sua atividade produtiva, se vinculando também ao mercado.

O campesinato se afirma como um modelo de vida, revolucionário e político, presente na sociedade, nas suas práticas de manejo da terra, se consolidam em um modo de vida que leva em consideração a relação com harmônica com a natureza, pois o campesinato, os trabalhadores do campo, precisam da manutenção da natureza, de um território fértil para desenvolverem suas produções.

Neste sentido, vemos uma construção social, cultural e territorial, que ao longo do tempo se moldou para uma melhor adaptação e subsistência da família camponesa.

Mesmo as práticas camponesas consideradas “arcaicas”, percebemos elas como uma seleção de técnicas, práticas e ferramentas que também se aperfeiçoaram às condições práticas e econômicas (e ainda continuam em processo de aperfeiçoamento), regionais e temporais para melhor servir a família camponesa.

Tendo já trabalhado com as definições conceituais de campesinato e capitalismo; com as análises de resistência histórica deste campesinato e seu desenvolvimento na América Latina; como também as primeiras organizações camponesas no Brasil e suas lutas; e a análise atual da conjuntura do campesinato no país, agora passaremos ao segundo capítulo para trabalhar especificamente com o MPA, onde a partir destas análises teremos a base para a discussão do campesinato brasileiro. Assim a partir de então, iniciaremos uma breve análise teórica do que entendemos por “Movimento Social” e “Identidade coletiva”, para depois entrarmos mais afundo nas questões históricas sobre os processos que fizeram com que o MPA surgisse. Logo a partir do estudo deste movimento social, de suas formulações sobre os camponeses, de suas conquistas, de suas lutas e reivindicações, buscaremos perceber nas autoafirmações a identidade camponesa que o movimento defende e afirma.

3 ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS, POLÍTICA E SURGIMENTO DO MPA

Neste capítulo trabalharemos especificamente nosso objeto de pesquisa, a construção da identidade camponesa do Movimento dos Pequenos Agricultores.

E na perspectiva de analisar o MPA como uma organização camponesa, discutiremos a questão identitária e ideológica afirmada por esse movimento camponês.

A partir de sua autoidentificação, do resgate de uma identidade camponesa, e do resgate das técnicas e tradições camponesas, sua cultura e seu papel na produção de alimentos, que há muito esta tendenciada a ser esquecida e substituída por novas formas de agricultura.

Assim, para podermos aprofundar nessa análise, primeiramente definiremos teoricamente o “movimento social” e a “identidade coletiva”.

3.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E IDENTIDADE COLETIVA

No propósito de discutir e analisar esse movimento nos vemos obrigados a definir o que se entende por “movimento social”. E como este, entre outros, foram criados a partir da necessidade de defesa e nova forma de organizar-se para a sua sobrevivência no campo, a partir também, de um histórico de lutas camponesas contra as opressões do campo vindas das políticas do Estado e dos meios massacrantes de produção.

Na América Latina, vários são os processos históricos e as lutas que deram a base para a formação de organizações de massas camponesas, assim como em todo o mundo.

Mas, na busca de caracterizar como se dá o “movimento social” na análise histórica, implica problematizar alguns temas-chave, como a historiadora Hebe Mattos nos afirma que “pensar o tema movimentos sociais como objeto da história implica problematizar dois temas-chave para a história social nas últimas décadas: a construção de identidades coletivas e a problemática da agência social na história.” (MATTOS, 2012, p. 95).

Neste sentido, buscamos perceber a identidade camponesa que afirma o MPA, uma identidade coletiva, que desde sua origem como movimento social vem

buscando defender e afirmar esse campesinato, lutar pelos seus direitos e seu território.

Afirma Mattos (2012, p.95) que estas identidades coletivas são produzidas recentemente, onde ela trabalha com o pressuposto de que a partir “dos anos 80 e da crise dos paradigmas estruturalistas, as abordagens historiográficas sobre o social tenderam, predominantemente, a enfatizar as identidades coletivas como processos dinâmicos, sobretudo socioculturais. ”

Por outro lado, defende-se que neste novo século “novíssimos” sujeitos entram em cena, como os movimentos sociais “anti” ou “alterglobalização”, várias lutas e causas sociais se internacionalizam e emancipam rapidamente, onde “(...) novos conflitos sociais eclodiram, abrangendo diferentes temáticas que vão da biodiversidade, lutas e demandas étnicas, até as lutas religiosas de diferentes seitas e crenças. ” (GOHN, 2008, p.440).

Quando afirmamos uma identidade camponesa (identidade coletiva), percebemos que a discussão das “identidades” se faz presente e necessária quando buscamos a análise do camponês enquanto no movimento social.

A identidade coletiva que forma um movimento social, se forma na perspectiva de resistência, pela pressão para um segmento único da sociedade. Ou seja, são grupos sociais que afirmados em uma identidade coletiva, reivindicam seus direitos e os materializam em pautas e lutas.

Apresenta Tarrow (1997) um grande marco geral para a compreensão dos movimentos sociais, uma análise dos ciclos de protesto e revoluções, ocorrido nos últimos dois séculos para o estudo dos movimentos sociais, partindo do princípio de que o poder dos movimentos se dá a partir do momento em que os cidadãos unem forças para enfrentar as elites, as autoridades e seus antagonistas sociais.

Por sua vez, os movimentos sociais organizam-se no momento em que surgem oportunidades políticas para a intervenção de agentes sociais, que necessitam dessas condições. Assim, a contribuição dos movimentos sociais se baseia em criar, coordenar e manter essa interação:

Estos movimientos atraen al agente a la acción colectiva por medio de repertorios conocidos de enfrentamiento e introducen innovaciones en torno a sus márgenes. En su base se encuentran las redes sociales y los símbolos culturales a través de los cuales se estructuran las relaciones sociales. El mecanismo por el que los movimientos, desencadenados por los incentivos que crean las citadas oportunidades políticas, superan los obstáculos que se oponen a la acción colectiva y mantienen su interacción con sus antagonistas y con el Estado consiste en una combinación de

formas de enfrentamiento convencionales basadas en las redes sociales y el marco cultural (TARROW, 1997, p. 17-18).

Os movimentos sociais não podem ser considerados como uma patologia, uma doença da sociedade, entendendo que a sociedade não é como uma estrutura homogênea, um corpo orgânico em plena “normalidade”. Os movimentos sociais fazem parte dos organismos das sociedades.

Além disso, sabemos que os movimentos sociais estão ligados profundamente com o debate da identidade coletiva, algo que se reflete no MPA, movimento social que tem uma identidade camponesa.

Assim, quando discutimos a identidade camponesa (identidade coletiva) do MPA, percebemos que a definição de “identidade” se faz presente e necessária.

Neste sentido apresentamos a definição que mais se aproxima da discussão que estamos propondo, onde utilizamos os aportes teóricos de Hall (2006), que apresenta a identidade como “(...) uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados os interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987, apud HALL, 2006, p. 13)”.

Portanto vemos a identidade a partir do indivíduo primeiramente, e esta identidade se forma na prática social, no modo de vida particular, de um território específico, neste sentido em momento algum ela fugirá do mundo material, onde o campesinato como uma identidade tem suas características peculiares que o definem.

A identidade coletiva tende a se formar na perspectiva da oposição de um segmento único da sociedade, de um único caminho. Utilizando dessa análise percebemos que a questão da autoidentificação se constrói com o objetivo de criar um coletivo, e no intuito de se fortalecer enquanto o movimento.

A identidade é construída historicamente, por conflitos e resistências, e se desfragmenta a partir da criação de novas identificações sociais. Estas que servem como paralelos que entre o “eu” e o “nós”, havendo uma comunicação entre o individual e o coletivo, apoiado nas semelhanças dos grupos sociais.

Quando estamos buscando entender como se forma uma identidade coletiva, dentro de um movimento social, devemos perceber o contexto histórico que esta está inserida, junto com as suas exigências de uma classe oprimida, ou seja,

devemos observar como surge esse movimento social, em que momento histórico ele surge, e quais foram as demandas para seu surgimento.

São essas algumas variantes que tendem a nos dar a perspectiva de uma forma de organicidade de um movimento social.

Tendo já lançado nossa perspectiva teórica sobre movimento social e identidade coletiva, iremos trabalhar diretamente com o MPA, um movimento camponês que se construiu a partir de demandas sociais e políticas camponesas no Brasil.

Esse movimento social contemporâneo tem sua identidade demarcada, onde o campesinato não é somente um conjunto de técnicas de cultivo, ele é um modo de vida, e que este movimento o tem como um modo de vida particular. Onde esses camponeses têm seu inimigo antagônico, tem demandas próprias e não se deixa apropriar por seu inimigo principal, o agronegócio, que ameaça a classe trabalhadora do campo.

3.2 SINDICALISMO RURAL NO BRASIL

Tendo definido nosso entendimento teórico sobre movimentos sociais, vamos passar para a contextualização dos processos políticos e das formas organizativas anteriores ao movimento. Passando da metade do século XX, os pequenos agricultores já buscam se organizar autonomamente, já se tem os exemplos das Ligas Camponesas, que vão ser erradicadas com o golpe de 1964. Com as experiências das reformas conquistadas a partir do modelo sindical nos setores urbanos, o campo foi de certa forma influenciado a buscar no modelo sindical uma forma de luta e de organização para pequena agricultura.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) fundada em dezembro do ano de 1963 pelas federações de 18 Estados, considerada a “primeira entidade sindical do campo de caráter nacional”, em 2013 completou 50 anos de fundação.

No mês de março de 1963 do mesmo ano, o governo de João Goulart decreta o Estatuto do Trabalhador Rural, que garantia os direitos sindicais, trabalhistas e previdenciários também as trabalhadoras e trabalhadores rurais, estes direitos já eram concedidos aos trabalhadores urbanos.

Atualmente, a CONTAG atua no Brasil, com “as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados”⁷.

A constituição e a organização do movimento sindical dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul acompanharam o processo político ocorrido no restante do país, tendo como marco fundamental à regulamentação do sindicalismo rural ocorrida em 1962, que possibilitou a fundação da CONTAG no ano de 1963. (...) A partir desse momento, observou-se um notável ascenso das lutas sociais no campo, as quais extrapolaram os limites do sindicalismo rural, dando lugar ao surgimento de novos agentes sociais, entre os quais destacaram-se o MST, “o sindicalismo combativo” ligado à CUT, o MAB e o MMTR, e mais recentemente, surgiu também o MPA. (DA ROS, 2006, p. 156-157)

Pensando nesse período conflituoso da ditadura militar de 64 no Brasil, vemos o surgimento de novos agentes sociais, que em busca de uma liberação do povo das opressões e da crueldade deste período.

Devido a Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5, “os camponeses foram privados dos direitos de expressão, reunião, organização e manifestação”⁸. Um período de estagnação das lutas sociais, onde estas eram sempre oprimida, como a organização das Ligas Camponesas, estas que tiveram seus líderes perseguidos, presos, torturados, mortos, exilados, pelas forças militares (MORAIS, 2012, p. 14).

Porém, isso não impediu várias organizações sociais de surgirem, um período que emergem vários movimentos sociais, vários agentes que em sua possibilidade estavam fomentando a luta. Inclusive organizações como o MST, MAB⁹, a CPT¹⁰, tiveram seus primeiros passos na década de 1970.

Devido ao trabalho de base desses agentes sindicais, em conjunto com o

⁷ Ver site da CONTAG: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1>> Acesso em: 24 out. 2016.

⁸ História do MST e a influência da Ditadura: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/>> Acesso em: 25 outubro de 2016.

⁹ Movimento dos Atingidos por Barragens. <<http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>> Acesso em: 25 outubro de 2016.

¹⁰ “A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam”. <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/sobre-nos/historico>>

trabalho feito pela Igreja Católica com as CEB's¹¹ e a CPT, fomentando as lutas sociais, onde nascem destas relações vários frutos, como os o MST¹². Entrando mais neste assunto, Cadoná afirma que é necessário destacar a importância da posição da Igreja Católica no período de ditadura.

Se a hierarquia da Igreja, metodicamente, sempre se comportou de maneira dúbia ou submissa diante do poder político e econômico, algo de novo, no entanto, nasceu neste período de repressão. À margem das “hierarquias silenciosas”, nos anos de 1960, nasceram as primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Nos anos 70, elas existiram em praticamente todo o país. No campo e na cidade, elas foram importantes lugares sociais onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. À luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as comunidades tornaram-se espaços de socialização política, de libertação e de organização popular. “O cristão passou a ser definido como aquele que luta contra as injustiças sociais” (GOHN, 1995, p.107 apud CADONÁ, 2004, p. 98)

Segundo a análise de Everton Lazzaretti Picolotto, dentro do sindicalismo deste período ditatorial, não houve espaço “suficiente” para atender todos os interesses da classe trabalhadora do campo. Esse sindicalismo foi considerado, posteriormente, “retrogrado”, “pelego”, onde não tinha o interesse em auxiliar os pobres do campo e que esta estrutura sindical pouco ajudou a reforma agrária.

O processo de unificação do sindicalismo dos trabalhadores rurais em meados da década de 1990 provocou certas tentativas de rearranjos nas alianças políticas no RS ao mesmo tempo em que ocorreram rupturas no interior do sindicalismo historicamente vinculado à CUT rural. O MST, um aliado próximo do DNTR/CUT desde a sua origem, com a perspectiva cutista de passar para uma postura propositiva de menor enfrentamento aos governos, de priorizar lutas em favor do fortalecimento dos agricultores familiares em detrimento da reforma agrária e com o episódio da entrada dos cutistas na CONTAG, passou a entrar em conflito político com os cutistas no RS. (PICOLOTTO, 2011, p. 199)

Portanto, com o surgimento dos movimentos sociais como o MST, o MAB, MMTR¹³ junto a uma forma de “sindicalismo combativo”¹⁴, como afirma César Augusto da Ros (2006), em sua análise da realidade do RS, destacamos a deficiência destas formas de luta e organização, como também a luta por uma

¹¹ Comunidades Eclesiais de Base.

¹² A princípio chamado de MASTER.

¹³ Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, hoje conhecido como Movimento das Mulheres Camponesas: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>> acesso dia 25 de outubro de 2016.

¹⁴ Esta foi uma forma de luta adotada por agentes sindicais que não estavam de acordo com a forma que estava ganhando esse movimento sindical neste período.

mudança dentro desta mesma estrutura sindical.

Com a emergência de novos agentes políticos no campo (MST, MAB, MMTR), a FETAG passou a sofrer uma concorrência no processo de representação política dos trabalhadores rurais, especialmente do chamado “sindicalismo combativo”, que viria constituir mais tarde o Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais (DETR) da Central Única dos trabalhadores (CUT), cuja estratégia de ação política era a construção de uma nova estrutura sindical “por dentro da velha”. (DA ROS, 2006: p. 160-161)

Esta forma de luta sindical teve poucos avanços, onde não consegue por meio desse espaço a reforma agrária, em contraposição o MST tem mais avanços nesse sentido, onde consegue assentar milhares de famílias. Onde, com a importância simbólica do acampamento Encruzilhada Natalino¹⁵ no dia 25 de julho de 1981, onde se juntam mais de quinze mil trabalhadores, esse acampamento foi considerado como a maior manifestação realizada por trabalhadores rurais na história do Rio Grande do Sul.

3.3 MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES

Primeiramente, vemos que no Brasil, nestes quinhentos anos de invasão, há várias contradições derivadas deste processo, onde por desconhecimento da nossa história nacional ou por uma “história oficial” que foi escrita pelos vencedores, pouco se menciona sobre a luta de classe, sobre a exploração dos trabalhadores do campo, estes que historicamente estiveram em embate contra o capital, contra os coronéis latifundiários, contra a intolerância do Estado, contra a exploração de trabalho, contra o êxodo rural, e em luta e defesa de seus territórios.

São vários os exemplos destas lutas, como as guerras de Canudos na Bahia, do Contestado na região sul do país, o Cangaço no Nordeste brasileiro, as Ligas Camponesas, os vários atos de resistência e bravura da CPT, do MST e dos movimentos sociais que vão surgindo no período da ditadura militar que se inicia em 1964.

Logo nesse cenário brasileiro, no final do século XX, efervescem muitos movimentos sociais, com várias demandas sócias e políticas, como também os

¹⁵ História do MST e a Encruzilhada Natalino: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/70-82>> Acesso em: 25 out. 2016.

movimentos ligados a luta camponesa.

Devido às necessidades de se organizar dentro deste Estado capitalista caótico, recém-saído de um período de 21 anos de ditadura militar, onde velhos e novos problemas estão presentes.

A ditadura abafou muitas das formas organizativas do âmbito rural, como as Ligas Camponesas, além de estagnar a reforma agrária, projeto inscrito no Estatuto da Terra. Mesmo nos sindicatos rurais, não havia maneira de auxiliar os camponeses, pois o espaço sindical se corrompeu e se tornou conservador.

Neste sentido, onde há novas perspectivas e demandas sociais e de organicidade, vemos que o modelo de luta dos movimentos sociais se torna uma dessas estratégias de defesa, de resistência desses grupos sociais.

Assim, a condição da formação do movimento social é uma das chaves para a compreensão do fenômeno “MPA”.

Estudando o início do MPA como organização, observamos que suas primeiras ações como movimento de massa aconteceram no Rio Grande do Sul, portanto deveremos buscar quais foram as particularidades iniciais que fizeram com que o MPA surgisse.

Os problemas enfrentados pelos pequenos agricultores nos Estados do Sul no ano de 1995, devido à estiagem forte que pairava sobre a região, só agravavam a condição miserável destes trabalhadores.

Junto as questões políticas da época, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, um governo marcado pelas suas políticas neoliberais, políticas estas que iniciam no governo de Fernando Collor de Mello, onde os agricultores pobres e sem apoio do governo não tinham como sobreviver no campo, não tinham possibilidades de desenvolver uma agricultura pequena, pois estes não tinham acesso aos benefícios para a produção e escoamento dos seus produtos, além do mais, não tinham como competir com as grandes potências mundiais de produção, onde havia apoio para essa agricultura. E o movimento sindical não dava respostas concretas para os problemas desses agricultores.

Neste sentido, segundo Frei Sérgio Antônio Görgen, militante das lutas sociais, intelectual orgânico, que em suas lutas participou e auxiliou na constituição do MPA, assim como esteve presente nas lutas dos Acampamentos da Seca, buscando os direitos dessa classe trabalhadora, no Rio Grande do Sul houve a necessidade de se organizar de outra forma, buscando uma união entre os

agricultores que estavam nesta mesma situação. Segundo Görden, a forma organizativa da preparação dos acampamentos se deram inicialmente por:

Um grupo de dirigentes sindicais em vários Estados do País, sentindo esta pressão das bases e a falta de respostas efetivas do conjunto do Movimento Sindical, assumiu uma nova postura e retomou o trabalho de base entre os pequenos agricultores, em vista de lutas concretas. (...) O primeiro resultado desta nova postura apareceu no Rio Grande do Sul, com a Mobilização da Seca reivindicando um Crédito de Manutenção Familiar para as famílias de pequenos agricultores atingidos pela brutal estiagem do final de 1995. (...) A mobilização da Seca iniciou-se na região de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, no dia 15 de janeiro, de acordo com a programação inicial, e nas demais regiões do Estado no dia 21 de janeiro, por causa do recuo dos dirigentes e da falta de preparação das bases. (GÖRGEN, 1998, p. 10)

A situação enfrentada pelos pequenos agricultores no governo neoliberal de FHC, como também a partir desta estiagem, demonstrava para governo e para sociedade o problema enfrentado pelos pequenos agricultores no interior brasileiro. Onde a situação da massa trabalhadora do campo se encontrava em um viés desesperador. Segundo Görden, nesse momento político estes agricultores se viam sem:

Nenhum apoio para produzir – o neoliberalismo não admite subsídios – pelo menos não para pequeno agricultor, já para banqueiros ladrões, usineiros falidos, etc., o papo é outro. Jogados na louca concorrência com os preços internacionais, tendo que produzir a um custo igual à de países com outro padrão tecnológico e com políticas agrícolas de apoio à produção agrícola e sem uma estratégia de preparação dos pequenos agricultores brasileiros para enfrentar esta nova fase da economia internacional, que chamam de globalização. Tendo os produtos da cesta básica como a principal sustentação - alavanca, âncora interna - do Plano Real, isto é, alimentos baratos para que a cesta básica continue sem aumento e os trabalhadores urbanos continuem ganhando pouco. (GÖRGEN, 1998, p. 18)

As reivindicações dos agricultores que se mobilizaram nos Acampamentos da Seca de 1996, são derivados de ações de base de alguns dirigentes vinculados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e a Central Única dos Trabalhadores.

Esse trabalho de base que organizaria a massa camponesa que demandava reivindicações emergenciais para aliviar a situação, pois as famílias destes agricultores do Sul, que tinham perdido totalmente suas produções, e muitos já não tinham alimento para manter-se e menos ainda para manter seus animais.

Assim, segundo Görden, o derivado destes trabalhos de base fomentou a

discussão de uma mobilização para exigir do governo um Crédito de Manutenção Familiar, entre outras demandas, dentre elas:

Decidiu-se por realizar mobilizações de massa exigindo do governo: Crédito de Manutenção Familiar de R\$ 1.500,00 por família; Anistia das dívidas do custeio agrícola da safra 95/96; Liberação de milho-consumo dos estoques da Conab em sistema troca-troca para alimentação dos animais; Anistia das sementes cedidas em sistema troca-troca pelo Governo do Estado; Linha de crédito subsidiado para recuperar a capacidade produtiva da agricultura familiar. (GÖRGEN, 1998, p. 15)

Nesses acampamentos se reuniram os movimentos sociais, lideranças políticas da região, lideranças sindicais e mais uma multidão de agricultores, que devido ao número de agricultores temos um patamar de como estava a crise e a calamidade que enfrentavam os pequenos agricultores e agricultoras do campo brasileiro.

No dia 15 de janeiro, mais de 5.000 pessoas estavam instalando barracos na beira da estrada federal em Sarandi/RS, chegando a mais de 9.000 pessoas no final de semana. Em seguida, iniciou-se o bloqueio da rodovia por algumas horas durante o dia e iniciaram-se as negociações em Brasília e Porto Alegre. Na semana seguinte, a população no acampamento de Sarandi aumentou para 16.000 pessoas e outros acampamentos iniciaram em Erechim (5.000 pessoas), Lagoa Vermelha (4.000 pessoas), Santo Angelo (500 pessoas), Júlio de Castilhos (1.500 pessoas), Pelotas (500 pessoas), Encruzilhada do Sul (500 pessoas) e Porto Alegre (500 pessoas). A população total mobilizada beirou a 30.000 pessoas (GÖRGEN, 1998, p. 16-17).

Estas ações se espalharam por todo o Estado, realizando-se vigílias, caminhadas, bloqueios nas estradas, manifestações em Porto Alegre, onde realizaram um cerco ao Ministério da Fazenda, que segundo Gørgen, acabou em uma ocupação do prédio, e que foi duramente reprimida pela violência do Governo do Estado.

Como também, devido ao número enorme de agricultores reunidos nessa mobilização, há um interesse de algumas pessoas em destruir esse movimento, motivo que houve muita polêmica interna entre os organizadores dessa mobilização.

Porém, o que Gørgen aponta como algo “surpreendente” para entender esse momento de crise, que estava passando esses pequenos e agricultores, foi o apoio inicial dos prefeitos, vereadores e pequenos comerciantes da região, segundo ele, “isto revela o nível da crise vivida pelos pequenos municípios, completamente

dependentes da economia agrícola” (GÖRGEN, 1998, p. 19).

Segundo a análise de Cadoná (2004), este afirma que as manifestações destes agricultores, angustiados com a falta de resposta para suas reivindicações pelos governos estadual e federal¹⁶, ocorreram em cinco regiões, sendo que o núcleo central se situou à margem da principal via rodoviária de Sarandí (BR-386), onde:

Quem esteve à frente do protesto foram lideranças sindicais, religiosos (as), alguns sacerdotes e lideranças de Igrejas, todos ligados à Pastoral da Terra. Outras entidades e representantes de pequenos agricultores, que sentiram o esgotamento de ações anteriores e que resolveram adotar algumas das práticas do MST, entre elas, trancamento de rodovias, marchas, passeatas, acampamentos, ocupação de prédios públicos, etc. O protesto durou três semanas e, no auge da ação, havia em torno de trinta mil pessoas, mobilizadas por cerca de quarenta sindicatos “autênticos” (...). Nos dias de acampamento, tomou-se a decisão de formar pequenos grupos, diante das dificuldades de coordenação e para dar melhor encaminhamento nas decisões, bem como partilhar os resultados das discussões dos grupos nas assembleias diárias. Esta experiência de organização foi fundamental para, mais tarde, realizar o trabalho de nucleação nas comunidades. Estas novas formas de organizar-se, no fundo, traduziam as formas de organização das CEBs, dos grupos de reflexão das comunidades e o jeito de trabalhar nos acampamentos e assentamentos do MST. Estas experiências foram fundamentais, pois imprimiram o “jeito e a cara do MPA” (CADONÁ, 2004: p. 98)

Nisso uma coisa ficou bem clara, a forma de luta dentro das instâncias sindicais não atendia mais a essa classe trabalhadora e por mais que o MST fosse um movimento social do campo, este ainda não abrangeria a forma de luta como a que se precisava e com a qual nasce o MPA, pois neste início se buscava programas de investimento para os agricultores que já tinham terra, para que estes pudessem se manter e investir nas suas propriedades, uma forma de garantir o futuro.

Inclusive o MST contribuiu para o nascimento do MPA, seus dirigentes e militantes estavam nas mobilizações da seca, como também, por ser um movimento social do campo, este participa, constrói e divide vários espaços de luta com o MPA.

Essas mobilizações da seca foram consideradas com um marco inicial na fundação do MPA e que, segundo Da Ros, marcaria o papel desse novo agente social no campo:

Essa mobilização dos pequenos agricultores pode ser considerada como o

¹⁶ Nesse período na administração política do Estado estava o governador Antônio Brito (RS); o ministro da agricultura era Arlindo Porto, e como já mencionei era o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

evento que marcaria a fundação do MPA como um novo agente político no campo. Esse processo de constituição de um novo movimento ocorreu ao longo do ano de 1996, quando se realizaram muitas discussões sobre a situação e os rumos do sindicalismo rural e da agricultura brasileira. Nessas discussões se chegou a um diagnóstico de que dentro do atual modelo de desenvolvimento econômico não havia mais lugar para a agricultura familiar e que o movimento sindical estava despreparado para enfrentar essa nova realidade. (DA ROS, 2006, p. 187)

Cadoná (2004) aponta que o surgimento do MPA é derivado de um processo de resistência dos trabalhadores rurais a esse modelo neoliberal, que provocou uma rápida “modernização” no setor agrícola, uma modernização que não estava interessada nos pequenos agricultores, e isso se refletiu nas lutas dos agricultores nos Acampamentos da Seca, assim como na formação de um novo movimento social que iria amparar e mostrar a sociedade esse caráter “antidemocrático” do desenvolvimento do capitalismo mundial:

(...) o surgimento do Movimento é a expressão de contradições e de interesses sociais não atendidos e não contemplados pelas políticas agrícolas neoliberais. Ele surge, segundo Grzybowski (1987), como resistência ao processo econômico e político que provocou a rápida modernização da agricultura e que não levou em conta as realidades sociais e históricas de nosso povo. Neste sentido, ele mostra o “caráter antidemocrático e antiecológico do desenvolvimento” proposto pelo capitalismo internacional. (CADONÁ, 2004, p. 105)

Segundo o relato de Romário Rossetto, líder do MPA no RS, concedida a Picolotto (2011), no ano de 2010, este não era só mais um movimento social, ele buscava atender as necessidades dos agricultores, em quais, segundo o entrevistado, renderam em muitos avanços para a classe trabalhadora, com as concessões das linhas de crédito para a pequena produção. Segundo Romário:

(...) foi a partir do acampamento que surgiu a ideia de organizar os agricultores pela base, surgiu a ideia de criação do MPA. E por que mais um movimento? O movimento sindical estava em um refluxo e não atendia mais à necessidade organizativa dos trabalhadores. As pautas eram muito genéricas, longas, e, portanto, não concreta. Nós achávamos que a pauta deveria ser enxuta, concreta e para discutir com os agricultores, a sociedade e o governo. O MPA teve uma participação decisiva para a criação do PRONAF, juntamente com outras organizações. Foi um programa criado e que depois melhorou. Há vários públicos na agricultura camponesa. Foi criado o Pronafinho para os agricultores mais empobrecidos. A nossa prioridade, do MPA, nosso público está nessa grande maioria dos agricultores empobrecidos. Lutamos contra o modelo agrícola implantado há tantos anos que não beneficia a agricultura camponesa. Esta sempre leva as migalhas. (PICOLOTTO, 2011, p. 202)

A postura de luta de algumas pessoas, que atuaram dentro destes

acampamentos, ou mesmo dentro da luta social após essa luta, como o exemplo de lideranças, militantes envolvidos pela bravura da luta, reivindicando os direitos dos grupos marginais, para nós é muito interessante, como por exemplo o caso dramático das greves de fome de alguns agricultores, como uma forma de luta, de reivindicação. Nesse sentido, no relato construído por Görgen sobre a greve de fome, ele nos dá um esclarecimento maior sobre este processo reivindicatório que aconteceu no RS, em luta pelos direitos dos camponeses:

A Greve de Fome:¹⁷ O governo tentou nos enrolar mais uma vez. Tentou nos empurrar para gestos em que ele pudesse usar da violência. Mas nós mostramos nossa disposição de luta e a real situação dos pequenos agricultores através de uma greve de fome, dentro Ministério da Agricultura, em Porto Alegre. Criou-se uma corrente de força e solidariedade em todo o nosso Estado e no Brasil. As Igrejas Cristãs vieram em apoio. Quando parecia que a resistência dos jejuantes estava no fim, 1.500 pessoas vindas dos Grupos de Base fizeram uma caminhada em Porto Alegre e ficaram três dias na chuva, em frente ao Ministério da Agricultura em Porto Alegre, de vigília, enquanto as negociações andavam em Brasília. (...). Quando o Papa João Paulo II chegou ao Brasil, a greve de fome completou 16 dias. As passagens de avião já estavam reservadas para dois grevistas de fome e um médico irem ao Rio de Janeiro se encontrar com o Papa e com toda a imprensa internacional (...). Para não se desgastar perante o País e o mundo, o presidente Fernando Henrique cedeu e no dia 02 de outubro de 1997 o Movimento dos Pequenos Agricultores concordou em encerrar a greve de fome com o compromisso do governo criar uma linha de crédito subsidiado para custeio ainda em 1997 e para investimento em 1998. (GÖRGEN, 1998, p. 40-41)

Vemos como a grande contradição do trabalho no campo faz com que os trabalhadores tenham que lutar por seus direitos, sabendo que mesmo estes trabalhadores livres, são explorados pelo capitalismo e o Estado sempre de mãos cruzadas só piora a situação. Assim, O MPA surge por essa emergência da organização e representação da classe camponesa, esta que carecia de uma forma de articulação diferenciada, pois se sentia desprivilegiada das formas organizativas que provinham naquele momento.

O movimento social consolida-se em 1996, período marcado por debilidades no setor agrícola, principalmente nos pequenos e médios agricultores, levando esses trabalhadores a se organizarem, onde neste momento inicial a sua luta se define nos “Acampamentos da Seca”. Esses acampamentos aconteceram nos meses iniciais do ano de 1996, onde há relatos de cerca de 30 mil trabalhadores rurais (Görger, 1998), que acamparam à beira de rodovias no Estado de Rio Grande

¹⁷ Início da greve de fome no Ministério da Agricultura, em Porto Alegre (16 de setembro 1997);

do Sul.

Segundo a história do movimento disponibilizada no site do MPA de Espírito Santo, vemos que nesse momento não eram somente no Rio Grande do Sul que havia a emergência dos agricultores se organizarem:

O MPA surgiu em 1996, no Rio Grande do Sul, quando inúmeras famílias camponesas foram atingidas por uma forte seca, que destruiu grande parte de sua produção agrícola. Diante desse fato, muitas famílias passaram a mobilizar-se por melhores condições de vida no campo, tendo em vista que o modelo de produção vigente no país priorizava as grandes monoculturas para exportação, deixando à margem dos investimentos públicos os camponeses que produziam alimentos diversificados em suas pequenas propriedades. No mesmo período, famílias camponesas de Rondônia, Espírito Santo e Santa Catarina já discutiam uma forma diferente de se organizar, uma vez que as representações sindicais do momento não davam respostas as necessidades do campesinato (...). No ES, o MPA começa a ser organizado em 1998, inicialmente no município de São Gabriel da Palha, envolvendo também famílias camponesas de Vila Valério, Águia Branca e São Mateus.¹⁸

Vale ressaltar que estes acampamentos a princípio são espelhados na forma de luta, como também são auxiliados por agricultores do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), que hoje é conhecido como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A partir destes acampamentos, junto com os movimentos sociais da época, que nasce o MPA, reivindicando créditos rurais emergenciais, para que estes camponeses permaneçam no campo.

Acreditamos que a primeira palavra de ordem deste movimento, exemplifica a aflição do meio rural e suas necessidades enquanto ao crédito: “Faça chuva, sol ou vento, queremos mil e quinhentos¹⁹!”. Onde temos que apontar que o primeiro encontro nacional do movimento foi no mês de dezembro de 1997 (GÖRGEN, 1998).

O MPA nasceu com algumas características que marcaram seu início como movimento social, entre elas ações coletivas dentro dos processos reivindicatórios que auxiliaram a constatar a realidade que estes viviam. Essas características segundo Gørgen, seriam as: “lutas de massa; organização de base; formação política, ideológica e técnica; bandeiras simples, claras e objetivas”

¹⁸ Site do MPA de Espírito Santo. Disponível em: <<https://mpabrasiles.wordpress.com/nossa-historia/>> Acesso dia 10 de novembro de 2016.

¹⁹ Informação retirada do site do MPA. Disponível em: <<http://www.mpabrazil.org.br/>> Acesso em: 12 nov.2016.

(Görgen, 1998: p. 46/47). Suas primeiras reivindicações foram em forma de lutas imediatas para viabilizar um programa de “Crédito Subsidiado para viabilizar a Agricultura Familiar; o Seguro Rural; a Saúde e a Previdência” (GÖRGEN, 1998, p. 47).

Nesse sentido, as ações iniciais do movimento estavam afirmando um projeto alternativo para a pequena agricultura nacional, onde nesses princípios de luta buscava defender e garantir um trabalho digno, um território, uma moradia, e uma educação de qualidade e focada para essa classe social.

Então foram a partir destas mobilizações da Seca que os pequenos agricultores e agricultoras do Estado de Rio Grande do Sul encontraram um “jeito novo” de lutar, e nesse jeito novo se encontraram, e isso não ficou somente nesse Estado, esse modelo de se organizar foi criando corpo, se espalhando pelo Brasil.

O MPA hoje é um movimento social que atua em 17 Estados brasileiros.

Como movimento social da massa, busca resgatar os princípios do campesinato e reivindica as necessidades provenientes do modelo defendido, ou seja, uma relação dialética que busca a organização destes agricultores, trazendo incentivos, para que permaneçam no campo, produzindo alimentos saudáveis para que esta produção seja sustentável e em harmonia com a terra.

Em síntese, isso é o que move o MPA, o ideal camponês.

3.4 AS CONQUISTAS DO MPA

O Movimento dos Pequenos Agricultores nasce de um problema ambiental, de uma estiagem, que escancarou a miséria que sofria a pequena agricultura, além de servir para deflagrar a falta de um movimento que organizasse e que desse vida as ânsias e desejos dos pequenos agricultores.

Pois, como já foi mencionado essa parcela da população possuía a propriedade, só faltavam as condições para se manterem no campo. Como também precisava de uma organização que tivesse o mesmo interesse dos pobres do campo.

Assim, surge o MPA, a princípio nasceu da reivindicação de créditos para subsidiar e para investir nas pequenas propriedades, nasce buscando a garantia de que essa parcela social permanecesse no campo. Depois em sua consolidação ele

vai sofrendo alterações e ganhando uma identidade camponesa, que vai ser trabalhada, defendida e afirmada como estratégia de defesa, de organicidade para essa massa.

Atualmente o movimento busca a melhoria das condições dos camponeses a partir de um plano de pautas, um projeto para a agricultura brasileira, lutando em defesa do território, de uma moradia, moradia digna, de melhores condições de produção, e nesse plano para o campesinato busca manter essa parcela da sociedade no campo.

Buscando em suas pautas atuais, encontramos essas reivindicações:

Em documentos recentes são destacadas as suas principais áreas de ação/reivindicação, a saber: melhores preços dos produtos agrícolas (como fumo, suínos e frango); melhorias do PRONAF; rebate de dívidas dos pequenos agricultores; crédito subsidiado para produção de alimentos saudáveis; assistência técnica adequada aos conhecimentos camponeses; regularização fundiária para pequenos agricultores; preservação e recuperação ambiental; adaptação de novas tecnologias (mecanização) para diminuir a penosidade do trabalho das famílias; integração da produção de alimentos com produção de energia (biocombustíveis); resgate, cultivo e criação de bancos de sementes crioulas; moradia rural (MPA, 2009; 2011a; 2011b). (PICOLOTTO, 2011: p. 253)

Nesse plano atual do Movimento, vemos nas suas pautas que as necessidades dos agricultores não são somente econômicas, de créditos, de assistência técnica camponesa, de melhores condições de moradia, são também necessidades sociais como a produção de alimentos saudáveis, melhorias das técnicas para diminuir a penosidade do trabalho, práticas de preservação e recuperação do meio ambiente, o resgate das sementes crioulas, ações que visam o bem social, destes camponeses e de toda a sociedade.

Portanto, o movimento também trabalha o caráter político e pedagógico, formando politicamente seus militantes nos diversos espaços de luta, formando uma consciência de classe, a formação política, cultural, moral, onde se acredita que as mudanças não podem acontecer mais de cima para baixo, mas devem ser forjadas pela luta do povo, que também vai se refletir nas ações diárias, nas suas práticas, no trabalho.

Segundo Cadoná (2004), é neste sentido que o Movimento desempenha um trabalho de conscientização, um papel de formação, assim o MPA:

(...) assume como compromisso o desenvolvimento do trabalho de conscientização, a elevação do nível de análise, a compreensão social e política do povo, a capacitação dos trabalhadores (as) ao associativismo e cooperativismo, a promoção de estudos e debates para trabalhadores (as) e agentes sobre conjuntura local, nacional e internacional, o aprofundamento do debate sobre o papel do Estado, ocupação e criação do espaço público, meios de comunicação, a formação de novos animadores, equipes, etc. (CADONÁ, 2004: p. 132)

Neste sentido o MPA ao discutir e ao fazer esse debate do campesinato nacional, das reivindicações do Movimento e dos agricultores surge um projeto que, ainda está em andamento, o Plano Camponês, este que é uma proposta do MPA, construída a partir de muitos debates e estudos sobre a realidade do campo brasileiro.

Esse plano para o campesinato se ramifica nas lutas do movimento, onde esse campesinato é produto de um sujeito político, que ao se “posicionar” apresenta um conjunto de ações econômicas, políticas e culturais. E isso vai se consolidar nos objetivos do MPA, que são: “a alimentação saudável e a vida de qualidade do campo”²⁰.

Apresentamos, a seguir, o Plano Camponês construído em vários espaços de debates e hoje consolidado em um plano, porém ainda está condicionado a alterações:

²⁰ PLANO CAMPONÊS: Site do MPA de Espírito Santo:
<<https://mpabrasiles.wordpress.com/plano-campones/>> Acesso em: 10 nov. 2016.

Plano Camponês	Produção	Sistemas Camp. de produção	sementes, oleaginosas, leite, agroflorestas, alimentos, adução verde e orgânica, etc.	
		Agro industrias	leite, mel, mandioca, café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos e defumados	
		Desenhos Organizativos	grupo de base, associações, condomínios, cooperativas, grupos de consumidores	
	Educação Formação	Escola	locais, contextualizadas, desenvolvimento local	
		universidade informal	nossa realidade, acesso aos camponeses reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc.	
	Vida de Qualidade	moradia	casa, pomar, horta, sombra, jardim, auto estima, paiol, local de trabalho, ...	
		esporte	futebol, vôlei, bochas, etc.	
		cultura	teatro, musica, capoeira, mutirão, partilha, alimentos, conhecimentos novos,...	
	Comunidade Camponesa	lazer	festas, bailes, torneios, encontros,	
		saúde popular	alimentação saudável, ervas, saneamento, formação nutricional, etc.	
		Elos Unific.	alguma estrutura comunitária	
		Fator de Resistência	escola na comunidade	
			troca de dias de trabalho, mutirões	
		Alimentar	comida é local, vinculada a cultura, modo de vida produzir de tudo um pouco	
	Soberania	Energética	sem veneno, buscando o equilíbrio ambiental Produção, controle e auto consumo de energia Mudança na matriz energética Biomassa, ventos, sol, biogás, etc.	
		Genética	Recuperar nossas sementes, raças e mudas Buscar técnicas de recuperação, armazenagem e melhoramento Divulgar as experiências já existentes Recuperar nossas nascentes	
		Hídrica	Implementar técnicas de coleta e armaz. de água Desenvolver pequenos sistemas de irrigação Recuperar as matas ciliar	
	Contradições	Territorial	Material e Imaterial	espaço de vida espaço produção espaço disputa
		Agronegócio	Multinacionais	
Latifundiários				
		Estado Brasileiro		

Figura 1 – Visão sistêmica do Plano Camponês

Fonte: (SILVA, 2014, p. 61 apud SILVA, 2009, p.59)

Faremos uma breve síntese do que define o Plano Camponês, dividida em pontos a seguir:

- ✓ Vemos que a “Produção” é um dos eixos do plano, eixo que liga os “Sistemas Camponeses de Produção” (SCP) e as Agroindústrias. Nesse sentido quando se fala em SCP se está referindo a toda lógica de produção camponesa, a alimentação saudável, a relação que se tem com a natureza, com as

sementes, com as técnicas, com a adubação verde e orgânica. As agroindústrias são essenciais para que a produção do campesinato não seja explorada, para que, se necessário algum processamento caberá ao campesinato realizar essa tarefa.

- ✓ No eixo da “Educação e Formação” se propõe uma educação voltada ao contexto e as necessidades das comunidades camponesas; no nível universitário se propõe um ensino acessível aos trabalhadores do campo, e que este estudo esteja voltado para a agricultura camponesa; e a nível de uma formação informal temos os vários espaços de discussão, congressos, dias de campo, oficinas, onde há uma troca de conhecimento essencial para esse modelo de agricultura.
- ✓ O eixo da “Vida de Qualidade” envolve a questão da moradia, da cultura, do esporte e a saúde popular, neste sentido a qualidade de vida requer uma casa digna onde o camponês se sinta bem, envolve o acesso a um enumerado de eventos culturais, encontros, jogos esportivos para a diversão e a interação.
- ✓ A “Comunidade Camponesa”, pois todo camponês deve viver em comunidade, onde ele vai construir vínculos, construir espaços coletivos, a solidariedade, além de que em coletivo é muito mais fácil “combater” os inimigos.
- ✓ O eixo das “Soberanias” envolve todos os outros eixos, pois o Plano Camponês defende a soberania alimentar, a soberania do território, a soberania energética, a soberania hídrica e a soberania genérica, pois é necessário ter o controle do território, ter o controle da água, das sementes, ter o controle do alimento produzido e de como ele foi produzido, o controle da energia e até a produção de energia pelo camponês.
- ✓ E no eixo das “Contradições” o movimento afirma que, o camponês deve estar a par das contradições do campo brasileiro, refletidas nos problemas sociais causados por esse sistema capitalista, onde o MPA dentro dos embates do campo, está em constante luta contra a exploração do trabalho no campo, contra a expansão do agronegócio, contra a submissão do Estado.

É nesse sentido, segundo estes eixos que o MPA constrói o seu modelo de agricultura camponesa, um Plano Camponês que foi desenhado e pensando nas particularidades dos pequenos agricultores. Então o MPA hoje, com o seu modelo de agricultura camponesa busca transformar esse camponês em um sujeito “livre”, independente, que não se submete a qualquer empresa, para que os camponeses e as camponesas desse Brasil tenham condições para se manterem e viverem bem no campo.

Além do mais o movimento afirma os vários direitos violados e as demandas que estes agricultores ainda precisam, pois ainda não se conquistou a dita “reforma agrária”, e enquanto isso o campo ainda estará desestabilizado sem a soberania de seus territórios.

O Movimento está em pleno funcionamento, suas lutas são atuais, seu modelo específico para a agricultura brasileira é afirmado em vários de seus espaços de discussão e formação.

Em sua intencionalidade o MPA busca o bem para o campesinato, busca sua libertação e sua ascensão para que permaneça e se mantenha produzindo uma alimentação saudável, gerando trabalho no campo e gerando bem viver.

Após termos apresentado o início deste movimento social, assim como os motivos que fizeram com que este surgisse e suas formulações e lutas em prol do campesinato brasileiro, vemos como se apresenta essa identidade camponesa afirmada pelo MPA, onde este movimento construiu um “plano” concreto para o campo brasileiro.

Esse Plano Camponês reflete a realidade de luta do movimento, reflete também como este entende o campesinato, um quadro de estratégias para a permanência destes trabalhadores e trabalhadoras no campo. Neste sentido, após esta análise sobre a história do movimento, é chegada a hora de utilizar a História Oral para uma análise da identidade camponesa, a partir dos camponeses e militantes do MPA, onde a nossa pretensão é a percepção da identidade pela autoidentificação e isso acontecerá através do relato individual.

4 HISTÓRIA ORAL E IDENTIDADE CAMPONESA

Neste terceiro capítulo buscaremos trabalhar a questão da identidade camponesa do MPA a partir da História Oral. Onde acreditamos que para o debate da identidade a metodologia da História Oral é essencial, e nesse sentido propomos trazer suas formulações teóricas e metodológicas, seus aspectos, para melhor se visualizar como vamos trabalhar com ela. Assim como, destacar os aspectos dessa “ferramenta” para o historiador, e o que nos provocou a utilizá-la.

4.1 HISTÓRIA ORAL, HISTORIADORES E CAMPONESES

Primeiramente, vemos que esta se tornou muito importante para a pesquisa histórica, pois com a História Oral se abriu uma nova porta de pesquisa, onde não mais somente os “grandes acontecimentos” eram importantes para a história, mas abriu espaço para novos personagens como trabalhadores, pobres, negros, as mulheres, operários, parte formadora da sociedade.

Dando maior liberdade para uma aproximação do nosso trabalho de historiador a realidade da sociedade, pois nosso objetivo é contribuir com um outro foco da história, a história que geralmente não é contada nos livros oficiais, a história dos “vencidos”, dos negros, dos pobres, das mulheres, exilados, das opressões sociais.

A história contada por eles mesmos, não cabendo o papel da “interlocução” ao historiador, mas mesmo assim, não o tirando da construção do trabalho. Essa é a contribuição da metodologia de História Oral fornece ao ofício do historiador, e é nesse aspecto que nós historiadores temos liberdade para atuarmos na sociedade, não somente como “intelectuais”, mas como intelectuais interessados e comprometidos.

Considerado o pioneiro da metodologia de História Oral, José Carlos Bom Meihy (2002) afirma que o uso da “memória”, dentro dessa metodologia, se caracteriza como “memórias coletivas”, pois todo relato a partir de um fato, carrega vários artifícios e características de construção social, das influências diárias, das imigrações culturais, e é nisso que é baseado o discurso.

Embora nos confrontamos com vários aspectos que, por se ter um certo preconceito em relação ao compromisso ético da História Oral, são mais

questionados nesta, enquanto sabemos que todos os documentos são criados por pessoas, assim como os relatos.

Assim o resgate da memória na História Oral, segundo Bom Meihy (2002), se configura em uma versão dos fatos e não os fatos em si, onde a memória não sendo objeto ela não pode ser “resgatada”, pois toda narrativa é uma construção, elaboração e da seleção de fatos, impressões.

Ao mesmo tempo que nestes relatos aparece o efeito da mentira, das deformações de memórias ou esquecimentos, e isso também se torna o objetivo da História Oral, pois segundo ele, não devemos desprezar estas narrativas, pois assim estaríamos retirando o lado humano dos relatos, o autor nos define melhor o que são as memórias e como utilizar a memória individual na História Oral:

Memórias são lembranças organizadas dentro de uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais. As memórias podem ser individuais, sociais ou coletivas. A independência delas se explica pela capacidade de individualização. No entanto, é preciso deixar claro que, para a história oral, a memória individual só tem sentido em função de sua inscrição no conjunto social das demais memórias. Ela não existe além da biologia como fenômeno socialmente autônomo. Com isso, afirma-se que toda memória tem índices sociais que a justificam. É sobre a relação entre o ser individual e o mundo que se organizam as lembranças e os processos que relevam ou não o significado do repertório de lembranças armazenadas. (...) Mais do que a soma das memórias individuais, a memória coletiva é um fenômeno construído pela força de fatores externos que circunstanciam um determinado grupo, marcando sua identidade. (BOM MEIHY, 2002, p. 54-55)

Neste sentido, Bom Meihy (2002) afirma que a História Oral é sempre social, pois na elaboração do trabalho a partir dos relatos, vemos que a produção da memória será coletiva ou em função dela. Segundo ele a “História Oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva” (BOM MEIHY, 2002: p. 13).

Vale ressaltar que na História Oral não existem situações ou pessoas típicas, devemos evitar as generalizações e respeitar a diversidade dos sujeitos, pois esta metodologia requer um certo cuidado com o específico. Porém, seguramente, nós enfrentaremos alguns dilemas de relevância identitárias e representatividade.

Pois, a memória coletiva, além da soma das memórias individuais ela é marcada por fatores externos, questões sociais, culturais, econômicas, subjetivas,

que também refletem a identidade de um grupo social, onde se subentende a vinculação de umas pessoas a outras, no qual a identidade tem papel fundamental.

Esse é o debate que queremos provocar, o debate da identidade a partir dos relatos orais, buscando problematizar a identidade a partir do indivíduo, e considerando a importância deste na construção da memória e da identidade coletiva.

Por isso, para a construção deste trabalho de finalização de curso, se fez necessária a produção de relatos orais. Por nosso objeto de estudo se tratar de um tema atual, aonde há uma complexidade teórica nas definições de identidade, de movimentos sociais, ao mesmo tempo que, estas identidades e movimentos sociais ainda são tão marginalizados.

4.2 ENTREVISTA COM CAMPONESES MILITANTES DO MPA

Traremos agora os relatos das pessoas que, ajudam a construir o MPA no seu dia a dia. Estes relatos são extremamente importantes para a nossa análise de identidade, de realidade de vida, uma forma de ouvir os que até então estavam desprovidos de voz dentro da universidade. E para isso construiremos um histórico de lutas do MPA a partir dos seus militantes, dos camponeses e dos dirigentes dessa organização. Esse histórico se fará desde o ponto de vista de militantes que vivenciaram essas experiências iniciais do Movimento, onde perceberemos a questão da identidade camponesa na própria fala deles.

A abordagem feita a partir da metodologia, foi a de uma conversa informal, onde com um elaborado de perguntas construí a base fundamental para as entrevistas. É a partir das perguntas que estamos contribuindo para a entrevista, pois a partir da metodologia de História Oral entendemos que o processo de entrevistas é uma construção dos participantes, tanto do entrevistado como de quem entrevista. No momento que se faz uma pergunta, se propõe falar de um tema, a pergunta ela direciona o raciocínio e a resposta. Assim apresento as perguntas que usamos como base para as entrevistas:

1. Primeiramente busquei informações pessoais, como cidade de origem, vinculação com o Movimento, atuação, etc.)

2. Qual foi seu primeiro contato com as lutas sociais e os movimentos sociais?
3. Como surgiu o MPA e por que ele nasceu?
4. Como o MPA surgiu na sua vida? Como você conheceu o MPA?
5. Qual a importância do MPA para a organização dos camponeses?
6. Qual a importância do MPA para você e para sua família?
7. Quais são os campos de luta do Movimento? E onde ele atua?
8. Quem são os “inimigos” do MPA?
9. Como se define o campesinato afirmado pelo MPA?

As entrevistas foram gravadas, transcritas e passaram por um processo de transcrição, onde construímos o documento da História Oral. Com estas perguntas se propôs análises biográficas destas pessoas entrevistadas, onde ao mesmo tempo buscamos enfatizar as experiências vivenciadas junto ao MPA ou em função deste.

4.3 COLABORAÇÕES

Quando questionado sobre o que teria provocado o surgimento do MPA no Rio Grande do Sul, Frei Sérgio Görden, atualmente membro da ordem franciscana, onde também atua nos movimentos sociais como no MPA – responde:

Quando surge o problema da estiagem de 1995, que adentrou 1996, com enormes perdas de todos os tipos, de milho, de soja, de produtos básicos para alimentação, como feijão, e como já vínhamos de uma longa década sem nenhuma política para o campo, então isso culminou, que com a seca, a miséria bateu em todas as portas. Fernando Henrique Cardoso era o presidente do Brasil na época, em 1995, no auge da implantação do neoliberalismo no Brasil, o desemprego urbano era total, as pessoas não queriam sair das suas terras, pois elas tinham a terra, precisavam era de condições para produzir nesta terra. Nisso foi que surgiu a ideia formar um acampamento para reivindicar, este acampamento não teve

apoio das FETAGs, e, teve muita relutância do Departamento Rural da CUT, de forma que um grupo grande de lideranças decidiu fazer o acampamento por conta própria, numa rebeldia contra a Fetag e o Departamento Rural, e foi feito. Convocaram os agricultores e a multidão se formou, e foi tanta gente que o Departamento Rural acabou aderindo ao acampamento, entrando na segunda semana, porém a lógica de negociação nossa era muito diferente, os negociadores que foram à Brasília pra fazer a negociação das nossas reivindicações, eram 6, 3 estavam ligados a uma lógica de movimento social, uma lógica de enfrentamento, e os outros 3 estavam em uma lógica de conciliação, dirigidos pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura), e como a CONTAG tinha aderido a CUT, então tudo teria que passar pela CONTAG. Isso foi criando uma diferença tão grande, que terminado o acampamento estavam claras duas estratégias diferentes de organização e luta. Tivemos uma grande vitória política e uma meia vitória econômica, pois apenas conquistamos um cheque seco de 400 reais para cada agricultor. Mas ficou claro que aquele estuário não atendia mais às necessidades dos camponeses, assim foi tomada a decisão de construir o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Esse movimento nasce numa luta concreta, por um crédito emergencial, mas nasce de um problema ambiental, inclusive é o primeiro movimento camponês de todos que eu acompanhei no Brasil, que nasce também de um problema ambiental, uma grande estiagem com repercussões sociais, e isso acabou marcando a identidade do Movimento. O MPA hoje é um dos movimentos que tem uma proposta ambiental das mais consolidadas em relação a qualquer outro movimento, mesmo dentro da Via Campesina, porque isso faz parte do seu "DNA". Num primeiro momento de forma inconsciente, parecia que era só um motivo da explosão, mas depois isso foi chamando a atenção a partir de outros problemas climáticos que foram ocorrendo, se começou a estudar inclusive a problemática das mudanças climáticas, buscando alternativas energéticas, e hoje, na construção do Plano Camponês, a questão ecológica é um dos seus eixos mais importantes de estruturação.

Para Luis Paulo Faccioni, atualmente trabalhando na sede da Cooperbio no RS, mas atuou na *La Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC-Via Campesina), fiz o mesmo questionamento sobre o nascimento do Movimento e ele respondeu:

O MPA surge nesse período de grande êxodo rural, de uma classe que não tinha mais condição de ficar na roça, isso em 1996 devido a uma seca que abalou tudo; nós junto com algumas lideranças da CPT e do movimento sindical começamos a reunir um povo, e nesse momento o ainda não existia o MPA; fomos reunindo os agricultores em Sarandi, foi ali que surgiu o MPA, naquele acampamento que se formou em Sarandi em 1996; mas o movimento quando surge ainda não tinha suas definições de hoje. A partir desse acampamento se tirou uma coordenação, e se passou a discutir naquele momento a luta principal dos agricultores, que se refletia também na palavra de ordem: “com chuva ou com vento queremos mil e quinhentos”; nós exigíamos do governo um crédito subsidiado para poder resistir no campo, mil e quinhentos reais na época era muito dinheiro, ai no final ganhamos 400 reais; foi entregue o cheque pra cada agricultor e era uma comemoração, uma conquista enorme né, 400 reais para se ter uma ideia, na época dava 5 sacos de adubo e 5 sacos de ureia, e com isso dava pra fazer o plantio né; o camponês usava isso para comprar a semente, comprar o adubo, na época esse dinheiro valia o quanto vale 2 mil reais hoje, se formos fazer uma relação né. Não se tinha até o momento do MPA a quem confiar, o movimento sindical ele teve seu estágio de decadência, por várias razões, por orientação política, talvez não a mais correta né, mas o agricultor passou a confiar no MPA, ele confiava e ia para a luta; nós fizemos marchas dali de 400km junto com os agricultores, saindo daqui da região norte do Estado e indo até Porto Alegre a pé. Isso foi no ano de 2000 acho, nós saímos marcha aqui de Palmeira das Missões, a chamada “marcha da Coragem e da Esperança”, fizemos uma outra onde saímos de Venâncio Aires, pela região do carvão, 8 dias na estrada né; fizemos outra marcha também que se chamou “Ferramentaço”, ocupamos prédios em Porto Alegre, não só um, o “chocolatão”, o INCRA, a secretaria da habitação, a Caixa Econômica Federal, o Banco Central; teve um período ali em que a turma já tinha decorado o campinho pras lutas, mas tudo foi muito bonito, muito agradável, recompensante enfrentar os problemas assim, claro que dormir na beira da estrada se chove não é bom né, mas não era isso que nos atrapalhava.

Dentre estas manifestações promovidas pelo MPA houve muitos agricultores que participaram, que geraram muitas experiências, dentre elas a de Marcos André Zerbielli, atualmente trabalha no MPA em mais de 43 municípios no RS, onde atua nas chamadas públicas do MPA e em algumas cooperativas do Movimento. Segundo ele:

O MPA entrou na minha vida no surgimento do movimento mesmo, lá em 1996, eu era natural de uma cidade chamada Tenente Portela, e no início daquele ano de 1996, aqui no Estado de Rio Grande do Sul agricultores de todos os sindicatos se mobilizaram, se unificaram para fazer uma luta conjunta para reivindicar direitos para os camponeses, né, na época também estava junto o sindicato dos trabalhadores rurais de Tenente Portela nesta grande mobilização; a comunidade que eu pertencia era um núcleo forte de organização sindical, logo essa comunidade veio, foi minha primeira viagem, fomos até Sarandi, no grande acampamento que teve da seca, eu lembro até hoje que quando chegamos no acampamento chovia muito, muita chuva, aí estavam chamando para uma assembleia, pra decidir os rumos do acampamento, hoje eu sei que era o Frei Sérgio que estava no microfone, depois de 20 anos que a gente conhece que é as figuras, né, o Frei Sérgio estava chamando para a assembleia, pois precisava de gente para ir a Porto Alegre, fazer uma marcha e as atividades lá, dar sequência no calendário de lutas, né; eu não tive dúvidas, pra quem morava lá no interior de Tenente Portela, ir a Porto Alegre era a oportunidade né, desci do ônibus, levei minhas mochilas para o outro e fui; aí lá em Porto Alegre, na marcha pretendia-se ocupar o “chocolatão”, o ministério público de Porto Alegre, né, “vamos ocupar, vamos ocupar que é nosso”, e a gente foi ocupando o primeiro, o segundo, terceiro andar, e lá pelas tantas – tinha um túnel que dava acesso por baixo do prédio, né, um túnel secreto – chegou a topa de choque, baixou o pau né, chegou de surpresa, com bombas de gás lacrimogêneo, bala de borracha, cassetete pegando isso em 1996, foi no surgimento do movimento. Foi a primeira ocupação do movimento, e que pra mim foi o meu batizado na luta né, eu lembro que como era muita gente que estava dentro do prédio, ficou uma pressão enorme pra poder sair com a confusão, né; estourou uma janela do prédio e eu saltei lá de 4, 5 metros de altura, aí “perna pra que te quero”. Então minha primeira atividade de luta nos movimentos sociais foi essa atividade lá em 1996; depois disso a gente veio acompanhando lá na minha cidade os Pronafinhos, que era feito em grupo.

Uma visão mais crítica desse momento veio da Irene Reis da Silva – hoje aposentada, mais ainda trabalha na agroindústria de pães na sua propriedade junto com sua família –, onde sobre o questionamento do surgimento do MPA ela me responde:

Quando começou a história do MPA, foi uma história muito bonita, só que era uma história de muitos homens, o MPA no

seu início era uma história, digamos assim, de homens, o movimento dos “pequenos agricultores”, e eu várias vezes, com muitas outras camponesas, falamos então que tinha que botar “Movimento dos pequenos Agricultores e Agricultoras”, né, porque nós mulheres nesse início éramos muito poucas as que participavam, se podia contar quantas tinham, as mulheres ficavam em casa trabalhando, tirando o leite das vacas enquanto os homens iam participar, aí começamos a ver e sentir que estava se tornando um movimento machista, só que hoje já não vejo mais isso, vejo com outros olhos, vejo muito a participação das mulheres hoje, a participação de meninas jovens, então eu acho que isso mudou mesmo de uns 10 anos pra cá, começou a abrir assim os horizontes também para participação das mulheres. Eu acho que o que reduzia o número de mulheres nas reuniões e atos, era mesmo a necessidade de ter alguém pra ficar em casa, aí “então fica você mulher”, né, e acho que era assim, agora não vejo mais isso, vejo agora que muitos homens que as vezes não vão, e vai as mulheres participar, que é meu caso, meu esposo sempre participou, agora de uns 15, 20 anos pra cá ele disse: “a chega! Não quero mais! Não vou mais participar!”, mas nem por isso eu deixei de participar.

Agora quando pergunto a dona Irene sobre o papel do movimento e a importância que este tem para os agricultores ela me responde:

O MPA para os agricultores é um movimento que veio pra ficar, e que não se pode deixar perder, acho que é uma bandeira de luta que tem que se manter, principalmente quando a gente vê o cenário político do nosso país, do jeito que tá né, se o povo não se manter organizado, não vamos chegar a lugar nenhum. Então o MPA pra mim é um movimento para consolidar o povo na roça, conscientizar que fiquem na roça, que é bom ser agricultor, que nós temos que ter orgulho de produzir para o povo da cidade, né, conscientizar da importância de ser agricultor e agricultora, para manter o povo organizado, acho que o MPA é uma ferramenta, pra mim é. Mesmo que existam vários problemas, como os políticos que não valorizam os camponeses. Queira ou não queira a gente depende da política, e queira ou não queira, tudo que nós fizemos até agora é uma política, né, qualquer ação que tu fizer é uma política, mas nem todos olham com “bons olhos” para os camponeses, ainda acham que somos baderneiros, que somos briguentos, né, que não merecíamos estar fazendo isso, que não devíamos fazer, quando fazemos um manifesto defendendo os nossos direitos, tem alguns deles que ainda acham que isso é errado, e isso já é um entrave para a gente.

Fazendo a mesma pergunta sobre a importância do MPA a Marcelo Leal, atualmente atua no Movimento como dirigente estadual, onde também trabalha na Cooperbio no RS, respondeu que:

Hoje analisando a importância do MPA primeiramente para os camponeses, se olharmos para a história do MPA, as muitas conquistas que teve o campesinato brasileiro a partir de 1996, foram em função das lutas desse movimento, como o programa de crédito PRONAF, com todas as contradições que ele traz, mas ele foi importante para alavancar a pequena agricultura, o programa de habitação, o seguro agrícola, o programa da merenda escolar (PNAE) também foi pauta e conquista do movimento, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), né, todos esses programas que inclusive agora estão sendo destruídos em função do golpe, então para os camponeses a luta do MPA obteve muitas conquistas econômicas, e além dessas conquistas econômicas, o MPA busca tornar o camponês um sujeito político, ativo na sociedade, então não são só as conquistas materiais né, o movimento busca fazer com que esse campesinato se organize, construa um projeto e lute por ele, eu acho que essa conquista talvez seja até a mais importante. E junto com a construção do movimento se busca tornar o campesinato uma mediação de classe, né. Eu vejo que o MPA formou muitos militantes, essas pessoas estão atuando no MPA e também na sociedade, né, em vários postos, então o movimento transformou muitas vidas, muita gente que poderia estar fazendo outras coisas não tão importantes, hoje são pessoas que lutam, que batalham por uma sociedade melhor. E do ponto de vista geral, da importância que o MPA tem para a sociedade, na medida que o movimento critica e coloca suas pautas, de embate com o Estado, fazendo um embate também com o agronegócio, e a partir do momento que ele tem suas conquistas econômicas e sociais, ele amplia a consciência da sociedade. O movimento social ele é um elemento que alarga a democracia ajudando a sociedade a participar, esta é uma das mediações possíveis para a sociedade dialogar de forma direta né, para se ter uma democracia social e política mais real. Mas também tem seus “limites” né, porque se o movimento fica muito no campo da conquista econômica, na conquista do direito, se ele não se liga a outras organizações buscando fazer mudanças mais profundas na estrutura da sociedade, ele pode, como no momento que nós estamos vivendo agora, ver suas conquistas serem destruídas.

Perguntando também sobre a importância do MPA para Martin Witter – engenheiro agrônomo que atualmente trabalha na Cooperbio no RS –, ele respondeu que:

Hoje vejo que o MPA é a possibilidade da materialização de um projeto, nessa forma que o MPA trabalha, onde é fácil a participação, há espaços para todo mundo estar ali dentro contribuindo, construindo; além disso na luta do MPA pelas políticas públicas, que envolvem nosso dia a dia de “peleia”, e que também constrói elementos para um projeto muito maior né, na questão do alimento saudável, na promoção da saúde, da promoção da vida de qualidade, tanto para as pessoas que vão comer esse alimento produzido pelo campesinato, a promoção do bem viver no interior né, então eu acho que é uma grande esperança para o campesinato, é um projeto de uma longa caminhada pra se implementar, mas é um caminho importante a se fazer.

Quando perguntei ao Luis Paulo Sobre a questão da identidade camponesa e o papel, perguntando quem era esse camponês defendido pelo MPA, ele me respondeu que:

Nesse sentido eu acho que o camponês em si, na minha avaliação e na nossa avaliação do MPA, ele é um cidadão que tem autonomia, ele não está integrado ele é livre, isso dentro de algumas organizações sociais é uma diferença básica que a gente tem né; nós achamos que o camponês não pode estar integrado a nenhuma empresa, por exemplo na questão da suinocultura, da fomicultura, em qualquer área, o campesinato tem que ser um sujeito livre, um sujeito independente, muitos acham que o sinônimo de camponês é aquele agricultor atrasado, mas não é isso que nós estamos defendendo, o campesinato é um sujeito que respeita a mãe terra, essa é uma das primeiras condições, a sua relação com o meio ambiente, nós pelo menos o MPA preza muito por isso; acho que uma das coisas mais dignas que a organização faz é a luta política né, mas a questão da relação com a natureza nós prezamos muito, trabalhamos, articulamos né, essa luta ela é fundamental, a questão da água, do meio ambiente como um todo; eu acho que o camponês na sua essência é um sujeito que tem a relação com a natureza. Tenho me perguntado várias vezes, mas qual seria a diferença entre camponês e agricultor familiar? A FETRAF-Sul usa o termo “agricultura familiar”; porém a como afirma Horácio Martins e alguns estudiosos, o trabalho familiar deste agricultor já está em um processo integrado, que é um sujeito, como Glasiano dizia, um sujeito “urbano”, ele tem características urbanas; já o camponês ele ainda tem uma característica própria, uma

identidade própria, o agricultor familiar ele já tem uma característica um pouco diferenciada disso né, muitos pensam o camponês é aquele caboclo que ainda tem porco solto, também nós defendemos que tem que ter porco solto, fechado também.

Ainda sobre essa questão do campesinato Frei Sérgio afirma que:

O campesinato voltou pra sociedade brasileira de maneira muito intensa, porque ele estava apagado da memória dos brasileiros, agora ele veio de volta com muita força, com muita incidência, ganhando cada vez mais espaço, inclusive na academia, contestando a concepção neoliberal de uma agricultura familiar complementar ao agronegócio, subsidiária do agronegócio, dependente de um modelo dominante, apenas ocupando os nichos onde a grande propriedade não é eficiente, então eu acho que essa é a grande contribuição do MPA pra sociedade brasileira e pra construção de um projeto popular e estratégico para todo o povo brasileiro. E também é a pauta do alimento saudável, a produção em escala, com quantidade, com qualidade e estabilidade, com tecnologias agroecológicas, e com outro paradigma científico de base, isso também tem sido algo que o MPA não tem feito sozinho, mas tem feito de forma pioneira. Então eu acho que esse movimento tem uma importância muito grande, mais ainda agora que está tentando consolidar esse grande vínculo entre campo e cidade, entre o camponês e o operário, pois o alimento é o elo unificante entre as duas categorias de trabalhadores, as duas classes trabalhadoras e as categorias de pobres, tanto no interior como da cidade, temos que superar toda a estrutura de logística, distribuição, comercialização, que é controlada pelas transnacionais, para que esse modelo de soberania alimentar possa ser implantado de verdade no Brasil, o que implica numa revolução profunda na sociedade brasileira.

Fazendo o mesmo questionamento sobre a identidade para dona Irene, perguntando quem seriam estes camponeses, ela nos fala que:

O povo que vive no campo, esses que são realmente os agricultores de verdade né, porque aquele trabalhador rural que mora na cidade, que apenas tem terra, arrenda a terra, este não é um camponês, camponeses somos nós, eu, é aquele que vive na roça, que planta, que colhe, que industrializa, né, que produz o que precisa para uma qualidade de vida, o feijão, a mandioca, a batata, enfim, o camponês não pensa em plantar soja pra a indústria, em plantar milho para o comércio, ele pensa em plantar o milho pra ter a vaca, ter o porco, ter as galinhas, ter os ovos, ter a banha, ter a carne, né,

acho que o camponês que queremos, penso eu que é esse, né, esse povo que vive no campo, que mora ali.

No mesmo sentido, ao definir esse campesinato Marcelo Leal responde o seguinte:

Esse campesinato que eu falo, primeiro, a palavra camponês ela é uma palavra política. Antes do golpe militar de 1964 os camponeses lutaram pela terra e por direitos, pois a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) do Estado Novo de Getúlio Vargas não tinha chegado ao campo, né, nesse sentido o campesinato que a gente afirma não existe fora das lutas que faz. Hoje o campesinato continua lutando pela terra, por direitos, pela agroecologia, ele foi se “ampliando”, né, com o protagonismo da juventude, das mulheres, então ele vai ampliando suas lutas. Se sociologicamente é possível você afirmar que existe o campesinato ou não, no campo político ele não deixa margem, pois a partir do momento que você se coloca na perspectiva de luta, este é o termo que mais se adequa a essas lutas, porque este não pode ser apropriado pelos inimigos, a “agricultura familiar” é facilmente apropriada, até pela lógica do agronegócio, mas esse campesinato que a gente defende hoje, este existe numericamente, existe do ponto de vista econômico e demográfico, o campesinato hoje tem em torno de 8 milhões de famílias, pois são mais de 4 milhões de estabelecimentos rurais, mas quem conhece o interior sabe que existe mais de uma família em uma mesma propriedade, no nordeste por exemplo é duas ponto alguma coisa, quase três. Para se ter uma ideia, só em pontos do “Luz Para Todos”, foram mais de 7 milhões de ligações de pontos de energia no interior, então tem muita gente vivendo no campo, mais do que o próprio IBGE calcula e indica, né. Outra coisa são as pequenas cidades de 2, 3 mil habitantes, onde toda a economia dela gira em função da economia do campesinato, e são centenas, milhares destas cidades no Brasil, que são urbanas do ponto de vista da definição geográfica, mas não tem indústria, não tem um comércio forte, e tem um pouquinho de serviço, porém toda a força econômica gira em torno do campesinato. Então o campesinato que nós estamos afirmando enquanto projeto, não é uma volta, não estamos querendo afirmar um campesinato do “passado”, buscamos pensar um campesinato produzindo alimentos saudáveis, com mecanização apropriada, com acesso à informação, com acesso à internet, aos meios de transporte, com estruturas de cultura, de lazer, mas este acesso aos bens civilizatórios, dentro do projeto que a gente defende, vem no interesse de reforçar os elementos positivos da cultura camponesa, buscando também ajudar a superar o machismo, o patriarcalismo que existe dentro do campesinato. Assim este campesinato é uma dialética né, onde tu afirma o campesinato

ao mesmo tempo que tu projeta esse campesinato mais avançado né, onde tu defende o campesinato tal qual ele é, e também enquanto movimento, tu tem que fazer com que o campesinato avance para formas econômicas e de cooperação, de produção mais “avançadas”, ambientalmente mais adequadas, e do ponto de vista do trabalho, com menos trabalho penoso. O movimento reforça a identidade cultural ao mesmo tempo que busca trabalhar para que os camponeses e camponesas superem seus problemas de relações. Por exemplo, aqui estes dias as companheiras fizeram um café, aqui no Sul é muito comum valorizar o café colonial né, e aí elas realizaram todo um debate e fizeram um café “anticolonial”, discutindo com toda a companheirada da comunidade o que significava o “colonial”, né, que é a subordinação dos camponeses. Então ao mesmo tempo tu valoriza aquilo que é bom, que é aquela alimentação, aqueles produtos, aquelas técnicas que se utiliza, e que devem ser mantidas, né, porque isso é um poder, porque é saudável, porque é conhecimento, mas ao mesmo tempo tu desconstrói determinadas simbologias né, então é dessa forma que a gente vai construindo o trabalho na economia, no trabalho, na política, na cultura e nos outros universos.

Ainda na discussão dessa identidade camponesa, Marcos Zerbielle nos responde que:

Pra mim primeiro temos que compreender que o campesinato é um estilo de vida, o sujeito pode estar na cidade se identificar como camponês, pois camponês é aquele que tem uma relação diferente com a propriedade, esta passa a não se chamar propriedade, pois não é uma relação de posse, há uma relação de compromisso com a vida, digamos assim, o camponês se relaciona de modo diferente com a terra, ela não é um meio de produção, mas sim uma aliada, você passa a cuidar dela; o camponês é uma pessoa que trabalha as relações diferenciadas com a propriedade, a relação com a natureza, com o animal, com a família, não requer uma mão de obra de fora, mas se precisar tem a força dos mutirões, então camponês é este estilo de vida que se preocupa com a preservação das nascentes, porque sabe que sem água ele não produz, que um solo descoberto vai perder sua vitalidade, que se você passar um agrotóxico na sua plantação você está matando a microvida da terra, que você precisa trabalhar a complementaridade das espécies, não é se especializando, mas justamente o contrário, diversificando, pois as espécies não competem, elas são companheiras das outras na produção; então o campesinato passa por isso né, passa por este novo olhar e estar no espaço, de atuar nos territórios camponeses, não basta você simplesmente ter um espaço, como nós temos aqui e que a chamamos de território

camponês, é preciso comunicar, manifestar esta mística, resgatar estes valores do companheirismo, da solidariedade, do mutirão, do estar juntos, então camponês é este ser em construção, ele é um permanente construir, porque ele está em permanente aprendizado; fazemos isso enfrentando as contradições que aparecem, se vou produzir com um agrotóxico, se vou produzir com biofertilizante ou com homeopatia; se sou machista, se minhas atitudes machistas precisam ser problematizadas e mudadas, porque não existe uma relação de opressão quando nascemos, pois ali somos iguais, mas depois nós somos formatados.

A partir destes relatos vemos como se mostra essa identidade camponesa, como se afirmam estes sujeitos enquanto camponeses, ou quando falam sobre o campesinato, neste momento vemos estão definindo a si mesmos.

Como estamos trabalhando com a metodologia da História Oral, teremos cuidado em analisar as falas, onde basicamente teremos o papel da interlocução e a partir disso traremos apenas uma reflexão de alguns elementos que se mostram pertinentes nas falas.

Como por exemplo a questão da definição de campesinato, onde há quase que uma unanimidade, afirmando que este é o que tem uma relação específica com a natureza e que preza pelo sustento da família; outro ponto interessante é que, mesmo neste grupo de pessoas que escolhemos para fazer as entrevistas, há divergências na própria definição do que seria campesinato.

Neste sentido não queremos discutir a existência da categoria do campesinato, sabemos que esta existe, este trabalho busca afirmar que a definição de campesinato varia de acordo com o território, com a formação técnica, com o conhecimento que se tem sobre, com a cultura local, como também esse campesinato não abrange todas as categorias rurais, onde há uma infinidade de categorias que se definem a partir de outras identidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória deste trabalho foi preparada pensando neste momento final, onde no segundo capítulo fizemos uma análise sobre o campesinato e o capitalismo na Europa, onde levantamos elementos fundamentais para sustentar os argumentos deste trabalho.

Assim, primeiro nos propusemos a construir um breve histórico sobre os momentos iniciais do capitalismo, o momento de transição de uma sociedade feudal para uma sociedade de mercado, processo que gerou uma separação entre a sociedade, criando-se a divisão entre campo e cidade.

Este capítulo foi construído para mostrar o campesinato desde seu início, onde este era explorado pelo senhor feudal, e que sobrevive e ganha força – porque neste processo ele consegue se livrar das amarras do feudalismo, conseguindo alcançar um território livre – ao passar por esse momento de transição, saindo de uma sociedade de troca e caminhando para uma sociedade capitalista.

Logo após isso, trouxemos para análise o desenvolvimento do campesinato na América Latina, em especial no Brasil, devido à colonização europeia sobre desse território, onde mostramos que a trajetória deste campesinato se torna específica devido a sua localização periférica, ficando condicionada a permanecer nas fronteiras do latifúndio.

Onde permanece periférico após as independências e as formações dos Estados Nações, pois não foi destruída a estrutura do latifúndio, como o caso brasileiro, onde estes latifúndios ainda permanecem a mais de 500 anos, enquanto não se alcança a reforma agrária popular.

Mas que, ao mesmo tempo, este campesinato não se mostra inerte, vemos que tanto no Brasil quanto na América Latina casos de revoltas e revoluções que envolviam necessariamente os camponeses e populações rurais.

Assim, colocamos como exemplo no Brasil as revoltas de Canudos, do Contestado, como também as primeiras organizações camponesas, as Ligas Camponesas, onde estas são exterminadas devido às repressões da ditadura militar de 1964.

No terceiro capítulo, nossa intenção foi seguir com o debate sobre o campesinato, trazendo o caso brasileiro com as primeiras formações do sindicalismo rural; as ações da CPT com as pastorais; o MST e os primeiros movimentos sociais

do campo; processos que nos ajudam a entender o cenário do nascimento do MPA.

Assim desenvolvemos a escrita e análise desse histórico, a partir da análise da bibliografia, das cartilhas e relatos sobre o Movimento, buscamos perceber a identidade deste movimento social, pois como afirmamos a identidade é o elemento fundamental para a construção de um movimento social.

E é a partir das propostas, das lutas e reivindicação deste Movimento, que vimos como este se afirma como movimento social camponês, onde em seus projetos para o campesinato projeta um Plano Camponês, que busca resgatar as práticas do campesinato, onde o MPA afirma como esse campesinato deve ser.

No quarto capítulo, com o auxílio da História Oral, buscamos perceber como se afirma essa identidade a partir do indivíduo, a partir dos militantes, trabalhadores e dirigentes do MPA. Como também vimos a história do Movimento contada por estes sujeitos, onde alguns estiveram atuando no MPA desde seu início.

Nossa proposta a partir disso era concluir que a identidade camponesa é uma questão individual, forjada na luta social, onde estes sujeitos somente se afirmam enquanto camponeses por terem um vínculo com as lutas campesinas.

Assim, estes sujeitos somente se vincularão ao Movimento se entenderem a emergência de suas pautas e lutas, somente se autoafirmarão camponeses se entenderem qual é a necessidade de uma identidade que unifique um coletivo, ou seja, o campesino antes de tudo é um sujeito político, se afirma como camponês para ser resistência nesta sociedade capitalista em que tudo virou mercadoria.

Ao concluir esse trabalho, vemos que ainda há muito por fazer, pois referente a discussão da identidade coletiva, pouco se avançou a mais do que a teoria, onde sabemos que a análise que fizemos representa alguns exemplos particulares de militantes e dirigentes do MPA.

As entrevistas não tiveram o papel de criar generalizações e, sim, discutir a identidade camponesa a partir dos indivíduos e de suas percepções. Assim avançamos ao perceber que a identidade do campesinato é uma identidade política, de resistência. Acreditamos que a identidade camponesa é formada em ambientes políticos, de reivindicações políticas, de resistência, na ânsia por uma melhor qualidade de vida, não somente de si, mas das comunidades ao seu redor.

O Movimento dos Pequenos Agricultores veio para esse fim, primeiramente auxiliando os agricultores a buscarem seus direitos através de lutas,

na busca de linhas de crédito, na construção de um Plano Camponês, nas lutas e construções de novas pautas para o campo, no desejo de garantir a sobrevivência dessas famílias a partir do campesinato. Por esse motivo, a identidade do campesinato é formada politicamente, tem de ser encarada a partir do indivíduo e isso não quer dizer que ele esteja separado do coletivo.

Percebemos a identidade além do discurso, onde ela também se manifesta na sua práxis, assim, para um indivíduo autoafirmar-se, ele necessita ter o conhecimento sobre o que ele se afirma e contra o que se defende, neste sentido o “saber” interfere diretamente no mundo material como prática concreta.

Assim, a identidade coletiva também é uma estratégia de defesa, principalmente quando afirmada por um movimento social, estes que surgem devido a problemas emergenciais, a partir da organização de um coletivo reivindicando seus direitos, buscando a mudança, o “novo”.

O MPA concebe essa autoafirmação como um elemento central para unificar a luta dos pequenos agricultores, para construir um coletivo forte, que tivesse uma identidade comum, que buscasse a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida das populações pobres do campo, como também de toda a sociedade a partir da alimentação saudável.

Buscando teorizar a identidade coletiva do MPA e as interpretações sobre a história desse movimento, chegamos à conclusão que houve muitos motivos para o surgimento do MPA, como as formações de base do movimento sindical e da CPT, as emergências sociais causadas pelas intervenções capitalistas mundiais no final do século XX, que se refletem nas políticas neoliberais dos governos de Collor e FHC.

Ao mesmo tempo, percebemos que este movimento social, buscando resguardar os pobres do campo, percebeu na identidade camponesa algo que identificava e unificava esta categoria. Pois nos momentos iniciais do MPA não se tinha essa identidade definida, percebemos que isso foi algo construído e afirmado ao longo de sua história.

Neste sentido, essa identidade coletiva afirmada pelo MPA, veio na ânsia de contemplar essa categoria rural de agricultores pobres, onde em suas lutas não se sentiam privilegiados no movimento sindical, nas outras formas organizativas ou em outros movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Narrativas Agrárias e a Morte do Campesinato. **Revista Ruris**: Volume 1, número 2, Campinas-SP. Setembro de 2007.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Revista Geografia**, Londrina, v.9, n.2, p. 113-127, jul./dez. 2000.52

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: EDUFSC: Cortez Editora e Livraria, 1984.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. Manual de História Oral. 4a ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Loyola, 2002.

CADONÁ, Célio Valdemar. **Movimento dos Pequenos Agricultores**: MPA o novo nasce das estradas. Dissertação (Curso de Mestrado em Educação nas Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). 2004. Disponível em: Acesso em: 02 dezembro de 2016.

CARVALHO, Horacio Martins de. **O Campesinato o Século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Via Campesina do Brasil, Curitiba/Brasília, novembro de 2004.

CARVALHO, Horacio Martins de. (Org.) **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 304 p.

CONTAG. **Site institucional**. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?>> acesso 10 de outubro de 2016.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set./dez. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf>> Acesso em: 15 nov.2016.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. Agricultura Camponesa. In. REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. (Org.). **Relatório Direitos Humanos no Brasil**. 2005. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorio2005>> Acesso em:

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos agropecuários de 1980, 1985 e 1995/1996**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>>. A Acesso em 25 de outubro de 2016.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Sistema Nacional de Cadastro Rural**. 2003. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>> Acesso em 25 de outubro de 2016.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS (MMC). **Site**. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>> Acesso em: 25 out. 2016.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). **Site nacional do movimento**. Disponível em: <<http://www.mpabrazil.org.br/>> Acesso em 25 de outubro de 2016.

_____. **Site do Estado do Espírito Santo**. Disponível em: <<https://mpabrasiles.wordpress.com/nossa-historia/>> Acesso em: 10 nov. 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST). **Site** do movimento e da História do MST e a Encruzilhada Natalino. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/70-82>> Acesso em 25 de outubro de 2016.

PLANO CAMPONÊS. **Site do MPA de Espírito Santo**. Disponível em: <<https://mpabrasiles.wordpress.com/plano-campones/>> Acesso em: 10 nov. 2016

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In **Revista Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**/ Paulo Petersen (org) - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SCHILLING, Flávia. Memória da resistência ou a resistência como construção da memória. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Orgs.). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. 2. ed. Porto Alegre: Corag, 2010.

SILVA, Sheila Braz Cristino; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Campesinato, agricultura familiar e agronegócio: disputas e conflitos. IN: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Territórios em Disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...**Uberlândia: UFU, 2012. p. 1–15. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1394_1.pdf>. Acesso em: 21 set.2016.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DA ROS, César Augusto. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. 2006. 477f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 2006. 477 f.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 8.ed. São Paulo: Loyola, 2013.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 10.ed. São Paulo: Loyola, 2012.

GÖRGEN, Frei Sérgio. **A resistência dos pequenos gigantes**: a luta e a organização dos pequenos agricultores. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. 17.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2008.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro o Processo de Produção do Capital. Tomo 2 (capítulos XIII a XXV). Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural Ltda. 1996.

MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas** no mundo: do neolítico à crise contemporânea. 6.ed. Tradução de Cláudia F. Falluh Baldulino Ferreira. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília DF: NEAD, 2010.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das ligas camponesas do Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das ligas camponesas 1954-1964. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. 289f. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Argentina. CLACSO, 2000.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Tradução de Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336p.

SEVILLA G. E.; MOLINA, M. **Sobre a evolução do conceito do campesinato.** Trad. lit. Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 96p.

SILVA, Valter Israel. **Classe camponesa:** modo de ser, de viver e de produzir. Porto Alegre: Instituto Cultural Padre Josimo, 2014.

TARROW, Sidney. **El poder en movimiento:** Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza, 1997.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. **Revista Crítica Marxista.** Tradução Lígia Osório Silva. São Paulo, v. 50 n. 3, julho/agosto 1998. p. 12-29.